

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIII • Nº 200

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 9 de novembro de 2016

Justiça promove discussão sobre reforma da Previdência

Matéria prevendo mudanças deve chegar ao Congresso Nacional no próximo mês

A proposta de reforma da Previdência Social, que deve chegar ao Congresso Nacional no próximo mês, foi debatida, ontem, em audiência pública promovida pela Comissão de Justiça da Alepe. Apesar de ainda não terem sido formalizados, os primeiros anúncios do Governo Temer direcionados ao tema receberam críticas de representantes de sindicatos de servidores públicos e de especialistas em seguridade social convidados para o encontro. Eles alegam que as propostas penalizam apenas os trabalhadores.

Vice-presidente da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Apafisp), Margarida Araújo questionou o chamado “déficit da Previdência” e a necessidade de rever as regras atuais urgentemente. Segundo a auditora, o quadro deficitário apresentado pelo Executivo para defender a reforma deve-se a três fatores: a não consideração de determinadas fontes de receita no cálculo; a sonegação; e uma política “irresponsável” de renúncias e isenções previdenciárias. “Uma seguridade deficitária não pode encaminhar recursos para beneficiar empresários”, avaliou.

Outro problema apontado pela auditora é a política de Desvinculação de Recursos da União (DRU), prorrogada e ampliada neste ano pelo Congresso. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, R\$ 63,8 milhões do orçamento da Previdência de 2015 foram transferidos para o orçamento fiscal. Mesmo assim, segundo ela, a Previdência Social tem apresen-



DEBATE - Na opinião de sindicalistas e especialistas, propostas penalizarão trabalhadores

tado superávit há alguns anos. Em 2015, esse valor teria atingido os R\$ 11,2 milhões. “A Previdência responde por 22,47% dos gastos públicos, enquanto a amortização da dívida pública consome quase 50% das nossas receitas. Isso precisa ser revisto”, opinou.

O representante da Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE), Roberto Brainer, defendeu a auditoria da dívida. “Não adianta levar uma proposta tão rígida para a população, de forma não transparente”, opinou. “Hoje não há déficit. Vamos precisar de alguns ajustes para os próximos anos, mas eles não precisam ser feitos de forma drástica, como o Governo tem alardeado”, complementou o diretor do Instituto dos Advogados Previdenciários de Pernambuco (Iape), Almir Reis.

Reis criticou os principais pontos da reforma inicialmente apresentados pelo Governo, em especial a instituição de idade mínima de 65

anos. “A medida desconsidera as particularidades do País. Não podemos igualar uma pessoa do Interior de Pernambuco, com expectativa de vida mais baixa, a um trabalhador urbano do Sul do Brasil, que tem uma sobrevivência maior”, relacionou. “Se pensarmos que a expectativa de vida do pernambucano é hoje de 73 anos, o que estamos discutindo não é a reforma da Previdência, mas o fim da aposentadoria”, acrescentou o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais e da Receita Federal (Sindifisco), Francelino Valença.

Autor do pedido de realização da audiência pública, o deputado Rodrigo Novaes (PSD) defendeu o engajamento dos parlamentares estaduais na discussão. “A Alepe não pode deixar de firmar uma posição sobre esse tema que afetará todos os brasileiros. Debates como esse são importantes para nos aprofundarmos no assunto e chegarmos a um entendimento correto”, afirmou. Novaes

anunciou que convocará um outro encontro para ser realizado após a apresentação do texto definitivo no Congresso.

O líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB), reforçou o encaminhamento. “Proponho a criação de uma frente parlamentar para analisar as previdências federal e de Pernambuco, trazendo mais atores para participar desse debate. É preciso que apresentemos uma agenda mínima para nossa bancada federal”, finalizou.

PROJETOS - Antes da audiência pública, a Comissão de Justiça distribuiu 13 matérias para relatoria e aprovou oito projetos de lei. Entre eles, o PL nº 1015/2016, que obriga estabelecimentos de atendimento ao público a adaptar a altura de pelo menos um de seus balcões de serviço para pessoas que dependam de cadeira de rodas. A matéria, proposta pelo deputado Pastor Cleiton Collins (PP), prevê a regulamentação da regra pelo Executivo em âmbito público e privado.

Pesar

Diogo Moraes lembra morte do ex-deputado Augustinho Rufino

Durante a Reunião Plenária de ontem, o primeiro-secretário da Assembleia, Diogo Moraes (PSB), rendeu homenagens à memória do ex-deputado Augustinho Rufino, falecido no último sábado (5). O parlamentar lamentou a morte do político, a quem classificou como “grande líder, que sempre olhou para os mais pobres”. A pedido do socialista, foi feito um minuto de silêncio em respeito a Rufino.

“Ele foi uma das pessoas que contribuíram

com o desenvolvimento de nossa região e fará muita falta a seus familiares e a Santa Cruz do Capibaribe”, registrou Diogo Moraes, lembrando a gestão do ex-deputado à frente da prefeitura do município do Agreste. “Sempre que o procurei, ele me aconselhou a ir pelo melhor caminho, na direção de ajudar a quem mais precisa”, lembrou o primeiro-secretário, que deixou cumprimento póstumo a Rufino: “Chefe, descanse em paz e fique com Deus”.



MEMORIA - Deputado propôs minuto de silêncio

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Oposição questiona novo estudo sobre Arena de Pernambuco

Segundo líder da bancada, medida é apenas protelatória

O líder da Oposição na Alepe, Sílvio Costa Filho (PRB), qualificou como “ação protelatória” o anúncio feito ontem, pelo Governo do Estado, de lançamento de edital para contratação de empresa para elaborar estudo de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica da Arena de Pernambuco. Em discurso durante a Reunião Plenária, o deputado cobrou esclarecimentos e apontou que a medida adia a licitação para a gestão do equipamento para o ano de 2017.

De acordo com o Executivo, a finalidade da contratação é identificar o tipo de operação - concessão simples, parceria público-privada ou outro modelo - mais econômico para a administração

pública na exploração, manutenção e operação futura do empreendimento. Costa Filho frisou que o Governo já encomendou, ao custo de R\$ 1,3 milhão, um estudo de viabilidade anterior, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que levou, em março, à revisão do contrato de concessão feito com o Consórcio Arena Pernambuco Negócios e Participações, liderado pela Odebrecht.

“O procurador-geral do Estado, Antônio César Caúla, disse em junho, depois de o Estado anunciar que iria rever o contrato com a Odebrecht, que em 60 dias o Governo faria uma licitação internacional. Mas, passaram-se os dois meses e hoje a Secretaria de Turismo encomenda um novo estudo para dizer qual



JARBAS ARAÚJO
COSTA FILHO - Cobrança

será o modelo de operação. O que vejo é uma ação procrastinatória”, afirmou o líder da Oposição.

O deputado salientou ainda que, enquanto não se vislumbra uma solução para a situação da Arena, o Execu-

tivo desembolsa recursos para a manutenção do equipamento. “Pode ocorrer com a Arena o que aconteceu com o Presídio de Itaquitinga. Depois de quatro anos sem solução, a PPP (parceria público-privada) está paralisada”, emendou.

Em resposta durante a Comunicação de Lideranças, o líder do Governo, Waldemar Borges (PSB), frisou que o valor da nova licitação, de R\$ 2,2 milhões, será pago por quem vencer o certame, quando será escolhida a empresa que irá explorar a Arena de Pernambuco. “Sugiro que o deputado elenque as informações que deseje obter para que a gente possa levar ao secretário da área e, com a transparência de sempre, discutir esse assunto”, concluiu.

Pacto pela Vida

Deputados aprovam audiência pública para discutir iniciativa

A Comissão de Cidadania promoverá, ainda neste ano, audiência pública para discutir o Pacto pela Vida e o aumento da violência no Estado. Proposto pelo líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB), o Requerimento nº 2.491/2016, que solicita o encontro e convida autoridades, foi aprovado na Ordem do Dia de ontem, após acordo com a Liderança do Governo.

Durante a discussão do requerimento, Costa Filho solicitou urgência no agen-

damento do debate. “Peço que marquemos a audiência ainda para novembro ou, no mais tardar, na primeira semana de dezembro. O aumento da criminalidade no Estado tem preocupado toda a população e é importante que a Casa discuta o quanto antes esse tema”, defendeu.

Líder do Governo, o deputado Waldemar Borges (PSB) disse que o Estado também tem interesse em refletir sobre o programa. “É prática do Executivo discutir

o Pacto pela Vida pelo menos uma vez ao ano. Acredito que, dentro da gravidade da situação, Pernambuco tem se saído melhor do que a maioria dos Estados brasileiros”, considerou.

VOTO DE PROTESTO - Ainda durante a Ordem do Dia, os líderes da Oposição e do Governo, em conjunto com o presidente Guilherme Uchoa (PDT), concordaram com o adiamento da votação do Requerimento nº 2.539/2016, proposto pelo deputado Edilson Silva (PSOL), au-

sente no momento discussão. A matéria refere-se a um Voto de Protesto “em decorrência do falecimento de 11 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação sob responsabilidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco”. “Não ficou claro contra o que se está protestando. Acredito, portanto, que caberia melhor um Voto de Pesar”, comentou Borges.

Solene

Cirurgião pernambucano recebe homenagem da Assembleia

Os 44 anos de exercício da medicina do cirurgião-geral Antônio Lopes Miranda foram reverenciados em Reunião Solene, ontem, na Assembleia Legislativa. A iniciativa partiu do deputado Clodoaldo Magalhães (PSB).

Antônio Lopes, que concluiu o curso de Medicina em 1972, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), exerceu cargos de gestão em diversas unidades de saúde do Estado, como os Hospitais da Restauração e da Polícia Militar, além

das chefias de Formação Sanitária Regional da 7ª

Companhia de Comunicação do Exército e da Clínica



HENRIQUE GENECEY
REUNIÃO - Cerimônia foi sugerida por Clodoaldo Magalhães

de Cirurgia do Hospital Geral do Recife.

“Miranda é um exemplo de profissional com espírito humanista, que pratica a ciência médica com verdadeiro fascínio”, ressaltou o deputado Rodrigo Novaes (PSD), que presidiu a reunião. O deputado Clodoaldo Magalhães enalteceu a dedicação do médico. “Ele exerce a medicina como se fosse um sacerdócio”, salientou. O homenageado agradeceu o reconhecimento da Assembleia. “Sou muito feliz e realizado com o ofício que escolhi”, frisou.

PLENÁRIO

Atraso no pagamento a pipeiros

A falta de pagamento para os profissionais que fornecem água por meio de carros-pipa no Sertão foi criticada pela deputada Socorro Pimentel (PSL), ontem. A parlamentar cobrou do Poder Executivo prioridade para quitar as dívidas com esses fornecedores. “É inadmissível que um serviço que atende milhares de agricultores seja interrompido pela irresponsabilidade do Governo. Uma gestão que gasta milhões com publicidade não pode atrasar pagamento para abastecimento de água.” Em resposta, o líder do Governo, Waldemar Borges (PSB), afirmou que em nenhum momento se deixa de pagar a qualquer pipeiro por conta de gastos com publicidade. “Há atrasos, mas não descaso. As dívidas estão sendo pagas conforme cronograma estipulado pelo Governo”, explicou Borges.



Caminhada contra a violência

O quadro de crescimento da violência no Interior do Estado foi abordado, ontem, em pronunciamento da deputada Teresa Leitão (PT). A parlamentar divulgou uma carta dos organizadores da caminhada “SOS Barreiros”, convidando para o ato que será realizado na próxima sexta (11), no município da Mata Sul. “Queremos reivindicar das autoridades governamentais mais segurança para Barreiros, como também a reconstrução do prédio do 3º Batalhão, destruído por enchentes, e torná-lo um batalhão independente, favorecendo as cidades que compõem o nosso Litoral Sul pernambucano”, leu a deputada.



Evento sobre primeira infância

A realização, no Recife, do 6º Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância reconhece o comprometimento de Pernambuco com as políticas públicas para a criança. Foi essa a avaliação da coordenadora da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Alepe, deputada Simone Santana (PSB). O evento aconteceu na última segunda (7) e ontem, e discutiu a formulação e a execução de iniciativas para o segmento. O encontro contou com a participação do governador Paulo Câmara, que expôs resultados qualitativos e quantitativos do Programa Mãe Coruja. “A gestão estadual teve a coragem de se avaliar para que os recursos sejam melhor aplicados.”



Campanha eleitoral em Surubim

A investigação dos gastos eleitorais da prefeita eleita de Surubim foi solicitada, ontem, pelo deputado Dr. Valdi (PP). O parlamentar, que concorreu no pleito, observa indícios de uso da máquina pública estadual na campanha de Ana Célia (PSB). “Apenas em multas eleitorais, a candidata pagou R\$ 55 mil”, afirmou. “Eu posso dizer que os votos que recebi estão em conformidade com a lei. Já o secretário de Agricultura do Estado, Nilton Mota (PSB), não pode dizer o mesmo da candidata que apoiou.” O deputado também apresentou fotos de um caminhão, que seria da frota da Secretaria e teria distribuído água para a população de Surubim. Na semana anterior, Dr. Valdi havia criticado o secretário por não liberar verba para a compra de um trator para Maraial, prevista em emenda parlamentar de sua autoria. Pela imprensa, Mota afirmou que a aquisição foi feita, e as emendas serão executadas até o fim do ano. Em aparte, Rodrigo Novaes (PSD) declarou “que Nilton Mota é um homem sério”. Já Socorro Pimentel (PSL) frisou “que é importante debater a destinação das emendas”.



Atos

ATO Nº 979/16

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício n.º 92/2016, do Deputado **Pastor Cleiton Collins**, **RESOLVE**: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.º 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
HOSANA FIGUEROA DE SIQUEIRA BEZERRA	Assessor Especial / PL-ASC	_____	___
JOSÉ AILTON SOARES	Assessor Especial / PL-ASC	_____	___
PRISCILA FIGUEROA LIMA	Assessor Especial / PL-ASC	_____	___
ROSELY GOMES GUEDES DA SILVA	_____	Assessor Especial / PL-ASC	88%
LEANDRO ARAÚJO VIEIRA	_____	Assessor Especial / PL-ASC	120%
SAMARA NOVAIS CAVALCANTE CARVALHAES	_____	Assessor Especial / PL-ASC	88%

Sala Torres Galvão, 8 de novembro de 2016.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 980/16

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício n.º 0395/2016, do **Prefeito Izaías Regis Neto**, Prefeito do Município de Garanhuns, **RESOLVE**: renovar a cessão da servidora **IVANICE MARIA DA COSTA RAMOS**, matrícula n.º 302, Analista Legislativo; especialidade: Assistência, NI 10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, junto à Prefeitura Municipal de Garanhuns, sem prejuízo do seu vencimento, direitos e vantagens, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Sala Torres Galvão, 8 de novembro de 2016.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ordem do Dia

Centésima Décima Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 09 de novembro de 2016, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3132/2016
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1587/2013, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva que dispõe sobre a proibição de trote estudantil aos novos alunos nas instituições de ensino superior.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/11/2016

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3133/2016
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 943/2016, de autoria do Deputado Henrique Queiroz que dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a afixação de cartazes nas agências de viagens, nos estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas e assemelhados, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/11/2016

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3134/2016
Autora: Comissão de Redação Final

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Suplente, Deputado André Ferreira; 2º Suplente, Deputado Rogério Leão; 3º Suplente, Deputado Beto Accioly; 4º Suplente, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editores** - Verônica Barros; **Subeditores** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scm@alepe.pe.gov.br



Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 947/2016, de autoria do Poder Executivo que estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (*International Mobile Equipment Identity*) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/11/2016

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3135/2016
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 1042/2016, de autoria do Poder Executivo que define novos valores de vencimento base para os cargos públicos que indica e altera a Lei Complementar nº 130, de 19 de setembro de 2008, que introduz alterações na Legislação indicada, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/11/2016

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1010/2016
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar as áreas de terras que especifica, a título de dação em pagamento, localizadas no município do Recife.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/10/2016

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1013/2016
Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 12.523, de 30 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECEP.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/10/2016

Discussão Única da Indicação nº 5457/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de incluírem nas metas da atividade: **Atenção Integral a Saúde da Mulher** no município de Moreilândia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5458/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Cultura no sentido de incluírem na programação do Projeto: **Implantação de ações de cultura no âmbito do Pacto pela Vida**, no município de Itaíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5459/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no sentido de incluírem no **Plano Operativo do projeto: Implantação e requalificação dos espaços de cidadania para criança e juventude**, no município de Santa Cruz do Capibaribe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5460/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Educação no sentido de incluírem nas metas da **Atividade: Ampliação do Programa Escola Aberta**, o município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5461/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de incluírem nas metas do projeto: **Ampliação do acesso à Água para famílias do meio rural**, o município de Orocó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5462/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, à Prefeita de Arcoverde, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da Polícia Militar no sentido de reforçarem as medidas de segurança e fiscalização nas ruas do município de Arcoverde, objetivando melhorar a segurança dos motoristas daquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5463/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, à Prefeita de Alagoinha, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da Polícia Militar no sentido de reforçarem as medidas de segurança e fiscalização nas ruas do município de Alagoinha, objetivando melhorar a segurança dos motoristas daquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5464/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Orobó e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Orobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5465/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Taquaritinga do Norte e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Taquaritinga do Norte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5466/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Caetés e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Caetés.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5467/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Cumaru e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5468/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Iati e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Iati.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5469/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, à Prefeita de Primavera, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da Polícia Militar no sentido de reforçarem as medidas de segurança e fiscalização nas ruas do município de Primavera, com o objetivo de melhorar a segurança dos motoristas daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5470/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Camocim de São Félix e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Camocim de São Félix.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5471/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Cachoeirinha e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Cachoeirinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5472/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Brejão e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no Município de Brejão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5473/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Educação no sentido de viabilizarem a transformação da Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, em Jatobá, em Escola de Referência em Ensino Médio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5474/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Educação no sentido de viabilizarem a implantação de uma Escola municipal de Referência em Ensino Médio na cidade de Belém do São Francisco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5475/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Presidente da COMPESA no sentido de viabilizar a ampliação no sistema de abastecimento de água para que atenda a Comunidade de Lagoinha, no município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5476/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Presidente da COMPESA no sentido de viabilizar a ampliação no sistema de abastecimento de água para que atenda a Comunidade de Salgado, no município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5477/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Presidente da COMPESA no sentido de viabilizar a ampliação no sistema de abastecimento de água para que atenda a Comunidade de Lagoa da Vaca, no município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5478/2016
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Apelo ao Presidente da COMPESA no sentido de viabilizar a ampliação no sistema de abastecimento de água para que atenda a Comunidade de Umburana, no município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5479/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, à Prefeita de Casinhas e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no município de Casinhas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5480/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Ibirajuba e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no município de Ibirajuba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5481/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Jataúba e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no município de Jataúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5482/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Palmeirina e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no município de Palmeirina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5483/2016
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Paratama e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de implantarem o **Programa de Apoio às Ações de Convivência com o Semiárido** no município de Paratama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5484/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho, feijão e sorgo no município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5485/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho, feijão e sorgo no município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5486/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho, feijão e sorgo no município de Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5487/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem o **Programa Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase** no município do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5488/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem o **Programa Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase** na cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5489/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem o **Programa Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase** no município do Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5490/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem o **Programa Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase** no município de Serra Talhada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5491/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem o **Programa Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase** na cidade de Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5492/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governado do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de intensificarem a **Ação Saúde da Criança e do Adolescente** no Município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5493/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Turismo, Esportes e Lazer no sentido de providenciarem um reforço e investimento para a **Atividade de Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo** no município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5494/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Turismo, Esportes e Lazer no sentido de providenciarem um reforço e investimento para a **Atividade de Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo** na cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5495/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Turismo, Esportes e Lazer no sentido de providenciarem um reforço e investimento para a **Atividade de Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo** no município de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5496/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Turismo, Esportes e Lazer no sentido de providenciarem um reforço e investimento para a **Atividade de Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo** na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única da Indicação nº 5497/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Turismo, Esportes e Lazer no sentido de providenciarem um reforço e investimento para a **Atividade de Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo** no município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única do Requerimento nº 2545/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Augustinho Rufino de Melo, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única do Requerimento nº 2546/2016
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações pela passagem do Dia do Radialista, no Brasil, comemorado no dia 7 de novembro de 2016.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Discussão Única do Requerimento nº 2547/2016
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Voto de Aplausos ao **Íbis Sport Club**, pelos 78 anos de fundação, a ser comemorado no dia 15 de novembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/11/2016

Expediente

CENTÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 103 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 1074/2016 que Atribui competência ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco - CBMPE para fiscalizar e credenciar os estabelecimentos, instrutores e avaliadores responsáveis pela formação dos Bombeiros Civis.
Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

PARECER Nº 3129 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 297.
À Imprimir.

PARECERES NºS 3130 E 3131 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 513 e 621.
À Imprimir.

OFÍCIO Nº 127/2016 - DO DEPUTADO EDUÍNO BRITO informando que estará ausente do país em missão Cultural no período de 12 a 28 de novembro do corrente ano, para viagem à Portugal e Espanha.
À Publicação.

OFÍCIO Nº 749 - DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO GOVERNO RECIFE E DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, na conta vinculada ao contrato de financiamento nº 0346.047-63/2011, firmado com o Governo do Estado de Pernambuco.
Às 2ª e 7ª Comissões.

OFÍCIO Nº 110 - DO COORDENADOR GERAL DE REORDENAMENTO AGRÁRIO - INTERINO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA encaminhando cópia do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 809866/2014, em cumprimento ao dispositivo nº 2º, do Art. 116 da Lei nº 8666/93.
Às 2ª e 8ª Comissões.

OFÍCIO Nº 146 - DA PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução, os autógrafos, das Leis Ordinárias nºs 15.913 e 15.914, datadas de 3.11.2016, e 15.919 e 15.920, datadas de 4.11.2016.
Inteirada.

OFÍCIOS NºS 380 E 391 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE TRANSPORTES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5123 e 5124, de autoria do Deputado Álvaro Porto.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 381 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE TRANSPORTES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5118, de autoria do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 392 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE TRANSPORTES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5079, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 034/2016 - DA GERENTE DE UNIDADE DE NEGÓCIOS METROPOLITANA LESTE DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5246, de autoria do Deputado João Eudes.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: ÂNGELO FERREIRA (PSB), ADALTO SANTOS (PSB), AUGUSTO CÉSAR (PTB), BISPO OSSÉSIO SILVA (PRB), DR. VALDI (PP), LUCAS RAMOS (PSB), ROGÉRIO LEÃO (PR), e os Deputados suplentes: ALUÍSIO LESSA (PSB), EDILSON SILVA (PSOL), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB), PROFESSOR LUPÉRCIO (SD), RODRIGO NOVAES (PSD), TERESA LEITÃO (PT) e ZÉ MAURÍCIO (PP), para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 10h30 (dez horas e trinta minutos) do dia 09 (nove) de novembro de 2016, no Plenarinho II, do anexo VI, localizado na Rua da União, nº 356 – Recife/PE.

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

01) Projeto de Lei Complementar Nº 1068/2016, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 158, de 26 de março de 2010, que modifica as Leis nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001, nº 12.483, de 9 de dezembro de 2003 e nº 6.957, de 3 de novembro de 1975).

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1059/2016, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Dispõe sobre a instalação de placas informativas nos estacionamentos que menciona e dá outras providências);

02) Projeto de Lei Ordinária Nº 1060/2016, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Dispõe sobre a criação do programa de coleta e análise de resíduos plasticizantes e metais pesados em produtos alimentícios produzidos em Pernambuco e dá outras providências);

03) Projeto de Lei Ordinária Nº 1062/2016, de autoria do Deputado Miguel Coelho (EMENTA: Altera a Lei nº 15.289, de 12 de maio de 2014, que regulamenta o art. 238 da Constituição do Estado, estabelecendo normas relativas à declaração de utilidade pública de associações civis e as fundações privadas sem fins econômicos, e dá outras providências);

04) Projeto de Lei Ordinária Nº 1063/2016, de autoria do Deputado Miguel Coelho (EMENTA: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências);

05) Projeto de Lei Ordinária Nº 1066/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (EMENTA: Dispõe sobre a garantia da dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica no Estado de Pernambuco, e dá outras providências);

06) Projeto de Lei Ordinária Nº 1067/2016, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de terminais de cargas ou porto seco que armazenam produtos tóxicos ou nocivos à saúde humana e ao meio ambiente a disponibilizarem local que indica e dá outras providências);

07) Projeto de Lei Ordinária Nº 1069/2016, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Autoriza SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade); Regime de urgência

08) Projeto de Lei Ordinária Nº 1070/2016, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Altera a Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.689, de dezembro de 1991 e revoga a Lei nº 10.851, de 28 de dezembro de 1992); Regime de urgência

09) Projeto de Lei Ordinária Nº 1071/2016, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções).
Regime de urgência

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1016/2016, de autoria do Deputado Waldemar Borges (EMENTA: Declara de Utilidade Pública à Associação PODE - Portadores de Direitos Especiais);

RELATOR: DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA

02) Projeto de Lei Ordinária Nº 1018/2016, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (EMENTA: Confere ao Município de Catende o Título de Cidade Princesinha dos Canaviais);

RELATOR: DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR

03) Projeto de Lei Ordinária Nº 1037/2016, de autoria do Deputado Miguel Coelho (EMENTA: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Doença Arterial Periférica);

RELATOR: DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO

04) Projeto de Lei Ordinária Nº 1038/2016, de autoria do Deputado Miguel Coelho (EMENTA: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização e Luta contra Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA));

RELATOR: DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO

II) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS

01) Projeto de Lei Ordinária Nº 992/2016, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Altera a Lei nº 15.876, de 12 de julho de 2016, que estabelece a obrigatoriedade de texto informativo nas embalagens de produtos que indica);

RELATOR: DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO

1.1 - Emenda Modificativa Nº 01/2016 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 992/2016, de autoria do Deputado Augusto César)

RELATOR: DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO

02) Substitutivo Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Altera a Lei nº 14.331, de 10 de junho de 2011, que dispõe sobre a higienização das cadeirinhas de bebê afixadas nos carros de compras em supermercados, hipermercados e congêneres localizados em Pernambuco, bem como acerca de afixação de placa indicativa, e dá outras providências - ao Projeto de Lei Ordinária Nº 601/2015, de autoria do Deputado Augusto César);

RELATOR: DEPUTADO EDUÍNO BRITO

03) Substitutivo Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Obriga as instituições, no âmbito do Estado de Pernambuco, autorizadas a emitir cartão de crédito a indicarem, no plástico do cartão, o percentual de juros cobrado em caso de não pagamento integral da fatura mensal e dá outras providências - ao Projeto de Lei Ordinária Nº 798/2016, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes);

RELATOR: DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA

04) Substitutivo Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de Cartilha Institucional do Ministério Público de Pernambuco - MPPE nos estabelecimentos de ensino que indicam ao Projeto de Lei Ordinária Nº 941/2016, de autoria do Deputado Augusto César);

RELATOR: DEPUTADO LUCAS RAMOS

05) Substitutivo Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Altera o art. 4º da Lei nº 15.421, de 18 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas básicas aplicáveis às oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados, e dá outras providências- ao Projeto de Lei Ordinária Nº 994/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa);

RELATOR: DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR

06) Substitutivo Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o "Dia Estadual dos Desbravadores" e dá outras providências- ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1019/2016, de autoria do Deputado Odacy Amorim);

RELATOR: DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR

RECIFE, 8 DE novembro DE 2016.

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
PRESIDENTE

OFÍCIO Nº 933030/2016 - DO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO solicitando o cancelamento da Reunião Solene que seria realizada no dia 23 de novembro do corrente ano, em homenagem as criadoras da rede colaborativa Mete a Colher. Inteirada.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO EDUÍNO BRITO solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 8 de novembro de 2016, para viagem à Brasília. Inteirada.

REQUERIMENTO - DA DEPUTADA RAQUEL LYRA solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2016, para viagem à Brasília. Inteirada.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dias 8 e 9 de novembro de 2016, para viagem à São Paulo. Inteirada.

COMUNICADOS NºS 070800 A 070864, 070866 A 070899 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Às 2ª e 5ª Comissões.

Ofício

Ofício Nº 127/2016

Recife, 07 de Outubro de 2016.

Exmo. Sr.
Deputado Guilherme Uchoa
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de PE

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o Vossa Excelência, sirvo-me do presente para informar a V. Exa., que no período de 12/11/2016 a 28/11/2016, estarei ausente do País, em visita à Portugal e Espanha, em missão cultural, sem ônus para esta Casa Legislativa. Aproveitando o ensejo, renovo os sinceros votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Eduíno Brito
Deputado Estadual

Mensagem

MENSAGEM Nº 103/2016

Recife, 8 de novembro de 2016.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que atribui competência ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE para fiscalizar e credenciar os estabelecimentos responsáveis pela formação dos Bombeiros Civis, bem como credenciar seus instrutores e avaliadores.

A Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, regulamenta a profissão de Bombeiro Civil, considerando que é aquele que exerce, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio, como empregado contratado diretamente por empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, ou empresas especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio.

É da competência dos Corpos de Bombeiros Militares a execução de atividades de defesa civil, nos termos do §5º do art. 144 da Constituição Federal, sendo o Órgão Gestor de Segurança Contra Incêndio com atribuições legais de regulação de atividades públicas e privadas, devendo analisar, exigir e fiscalizar todos os serviços, projetos e instalações concernentes às atividades de segurança contra incêndio e pânico.

Para o exercício da profissão de Bombeiro Civil é necessário que haja um padrão mínimo de segurança e qualidade, por constituir atividade de interesse público, assim é fundamental que o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE atue no credenciamento e na fiscalização dos estabelecimentos destinados à formação dos referidos profissionais, bem como no credenciamento dos instrutores e avaliadores.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa egrégia Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 8 de novembro de 2016.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1074/2016

Ementa: Atribui competência ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco - CBMPE para fiscalizar e credenciar os estabelecimentos, instrutores e avaliadores responsáveis pela formação dos Bombeiros Civis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco - CBMPE em relação aos Bombeiros Civis:

I - promover o credenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos destinados à formação dos profissionais; e

II - credenciar os instrutores e avaliadores destinados à formação dos profissionais; e

Parágrafo único. O credenciamento de que trata o inciso I está sujeito à comprovação pelos interessados do cumprimento da legislação e das normas técnicas pertinentes, especialmente em relação a currículos, estruturas físicas e condições de segurança.

Art. 2º A inobservância das normas contidas nesta Lei, implicará a aplicação das seguintes penalidades aos estabelecimentos destinados à formação dos Bombeiros Civis:

I - advertência;

II - multa;

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento da autorização e registro para funcionar.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas conforme as disposições contidas em regulamento, podendo as multas variar de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º A presente Lei será regulamentada por decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 8 de novembro de 2016.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Projetos

Projeto de Lei Ordinária Nº 1075/2016

Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização Sobre o Transtorno Afetivo Bipolar (TAB).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno Afetivo Bipolar, a ser realizada, anualmente, na semana que compreende o dia 30 de março.

Art. 2º A Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno Afetivo Bipolar tem como objetivo conscientizar e orientar a população sobre a importância do diagnóstico precoce, do tratamento adequado e do acompanhamento clínico.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, nenhuma das datas da Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno Afetivo Bipolar será considerada feriado civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

No dia 30 de março de 2014, comemora-se o "Dia Mundial do Transtorno Bipolar". Esta data é o dia do aniversário do pintor Vincent Van Gogh, que foi postumamente diagnosticado como sendo, provavelmente, portador do transtorno bipolar.

O Transtorno Bipolar, também conhecido como Transtorno Afetivo Bipolar, anteriormente denominado Psicose Maníaco Depressiva, é um distúrbio psiquiátrico complexo, que tem como característica mais marcante a alternância, às vezes súbita, de episódios de depressão com os de euforia (mania e hipomania).

Os sintomas da doença se desdobram da seguinte maneira: 1. Depressão - humor deprimido, tristeza profunda, apatia, desinteresse pelas atividades que antes davam prazer, isolamento social, alterações do sono e do apetite, redução significativa da libido, dificuldade de concentração, cansaço, sentimentos recorrentes de inutilidade, culpa excessiva, frustração e falta de sentido para a vida, esquecimentos, ideias suicidas; 2. Mania - estado de euforia exuberante, com valorização da autoestima e da autoconfiança, pouca necessidade de sono, agitação psicomotora, descontrolado ao coordenar as ideias, desvio da atenção, compulsão para falar, irritabilidade e impaciência crescentes, comportamento agressivo, mania de grandeza; e 3. Hipomania - os sintomas são semelhantes aos da mania, porém bem mais leves e com menor repercussão sobre as atividades e relacionamentos do paciente, que se mostra mais eufórico, mais falante, sociável e ativo do que o habitual.

O tratamento abrange o uso de medicamentos, psicoterapia e mudanças no estilo de vida, tais como o fim do consumo de substâncias psicoativas, (cafeína, anfetaminas, álcool, entre outros), o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e sono e redução dos níveis de estresse. Resultados eficazes são obtidos com associação de psicoterapia e farmacoterapia. Em alguns casos a internação pode ser necessária em pacientes com risco de suicídio, homicídio e incapacidade para os cuidados básicos. A própria família pode precisar, também, de acompanhamento psicoterápico porque o distúrbio chega a afetar todos que convivem diretamente com o paciente, bem como precisa ser orientada sobre como lidar no dia a dia com os portadores do transtorno.

Não existe cura para o transtorno efetivo bipolar, mas pode ser controlado. Daí a importância desta Proposição, uma vez que tem como objetivo chamar a consciência da população sobre essa doença para educar, melhorar a sensibilidade humana, importância do diagnóstico e tratamento adequado.

Considerando o legítimo interesse, proteção e defesa da saúde, é que pedimos aos nobres Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 4 de novembro de 2016.

Zé Maurício
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1076/2016

Ementa: Institui o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a partir da consolidação, na forma dos Anexos desta Lei, da legislação referente a eventos e a datas comemorativas no âmbito do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Os eventos e as datas comemorativas aprovados após a vigência desta Lei passarão a integrar o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, por meio da revisão sistemática dos Anexos desta Lei.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no *caput*, as novas leis conterão dispositivo que determine a inclusão, no Anexo correspondente desta Lei, do evento ou da data comemorativa aprovada, conforme o caso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO

DATAS	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
4 a 6	Festa de Reis (Município de Pedra)	Lei nº 15.520, de 2 de junho de 2015	Dep. Júlio Cavalcanti
4 a 6	Festa de Santos Reis (Município de Carpina)	Lei nº 15.656, de 26 de novembro de 2015	Dep. Botafogo
6	Dia do Cantador Repentista	Lei nº 12.066, de 25 de setembro de 2001	Dep. Antônio Moraes
6 a 15	Festa de Santo Amaro (Município de Sirinhaém)	Lei nº 14.799, de 22 de outubro de 2012	Dep. Eriberto Medeiros
6 a 15	Festa de Santo Amaro (Município de Taquaritinga do Norte)	Lei nº 15.770, de 05 de abril de 2016	Dep. Raquel Lyra
Entre 28 de dezembro e 7 de janeiro	Festa de Reis (Município de São Bento do Una)	Lei nº 14.595, de 21 de março de 2012	Dep. Manoel Santos
12	Dia Estadual do Bombeiro Civil	Lei nº 15.388, de 13 de outubro de 2014 (Altera a Lei nº 14.224, de 13 de dezembro de 2010)	Dep. Everaldo Cabral
14	Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária	Lei nº 15.327, de 25 de junho de 2014	Dep. Raimundo Pimentel e Dep. Terezinha Nunes
25	Dia Estadual do Carteiro	Lei nº 15.501, de 14 de maio de 2015	Dep. Pedro Serafim Neto
26	Dia Estadual da Presença Espanhola em Pernambuco	Lei nº 12.118, de 3 de dezembro de 2001	Dep. Israel Guerra Filho
Primeiro Domingo	Dia Estadual da Oração, Adoração e Celebração a Deus	Lei nº 15.277, de 30 de abril de 2014	Dep. Ricardo Costa
Último Sábado	Dia Estadual do Antígomobilista	Lei nº 14.448, de 18 de outubro de 2011	Dep. Ângelo Ferreira
Sem Semana Específica	Semana Estudantil de Artes de Sertânia (Município de Sertânia)	Lei nº 15.782, de 26 de abril de 2016	Dep. Ângelo Ferreira
Primeiro Semestre	Feira do Verde (Município do Brejo da Madre de Deus)	Lei nº 14.613, de 3 de abril de 2012	Dep. Manoel Santos

ANEXO II

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: FEVEREIRO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
6	Dia Estadual da Juventude Negra	Lei nº 14.399, de 22 de setembro de 2011	Dep. Oscar Paes Barreto
6	Dia Estadual de Mobilização e Fortalecimento dos Conselhos Tutelares de Pernambuco	Lei nº 15.508, de 21 de maio de 2015	Poder Executivo
7	Dia da Batalha do Reduto	Lei nº 13.872, de 10 de setembro de 2009	Dep. Isaltino Nascimento
8	Dia Estadual do Empreendedor Individual	Lei nº 14.569, de 27 de dezembro de 2011	Dep. Botafogo Filho
9	Dia Estadual do Frevó	Lei nº 11.964, de 17 de abril de 2001	Dep. Bruno Araújo
14	Dia da Música Brega	Lei nº 15.424, de 18 de dezembro de 2014	Dep. Eduardo Porto
22	Dia Estadual em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira	Lei nº 14.442, de 17 de outubro de 2011	Dep. Betinho Gomes
23	Dia do Rotariano	Lei nº 14.877, de 14 de dezembro de 2012	Dep. Betinho Gomes
27	Dia Estadual da "Sukyo Mahikari"	Lei nº 15.620, de 14 de outubro de 2015	Dep. Eduíno Brito
28	Dia Estadual da Cultura de Bois	Lei nº 14.177, de 27 de setembro de 2010	Dep. Coronel José Alves
28	Dia Estadual de Combate às Doenças Raras	Lei nº 15.018, de 20 de junho de 2013	Dep. Clodoaldo Magalhães
Segunda Semana	Semana de Combate às Drogas Lícitas e Ilícitas	Lei nº 14.394, de 22 de setembro de 2011	Dep. Betinho Gomes e Dep. Carlos Santana
Última Semana	Semana Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras	Lei nº 15.569, de 03 de setembro de 2015	Dep. Zé Maurício
Período Carnavalesco	Festa dos Bonecos Gigantes (Município de Belém do São Francisco)	Lei nº 14.015, de 23 de março de 2010	Dep. Isaltino Nascimento
Período Carnavalesco	Carnaval (Município de Ipojuca)	Lei nº 14.550, de 26 de dezembro de 2011	Dep. Pedro Serafim Neto
Período Carnavalesco	Carnaval (Município de São João)	Lei nº 14.719, de 4 de julho de 2012	Dep. Marcantônio Dourado
Período Carnavalesco	Carnaval (Município de Lagoa dos Gatos)	Lei nº 14.973, de 8 de maio de 2013	Dep. Sílvio Costa Filho
Período Carnavalesco	Carnaval (Município de São José da Coroa Grande)	Lei nº 14.981, de 13 de maio de 2013	Dep. Pedro Serafim Neto
Período Carnavalesco	Manifestação Cultural Banho de Cheiro (Município de Chã de Alegria)	Lei nº 15.738, de 21 de março de 2016	Dep. Henrique Queiroz

ANEXO III

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
3	Dia da Libertação de Animais Silvestres do Cativeiro Doméstico	Lei nº 14.301, de 18 de maio de 2011	Dep. Daniel Coelho
5	Dia Estadual do Terço dos Homens Mãe Rainha	Lei nº 15.217, de 24 de dezembro de 2013	Dep. Henrique Queiroz
6	Dia do Círculo de Orações	Lei nº 14.780, de 1º de outubro de 2012	Dep. Ricardo Costa e Dep. Adalto Santos
8	Dia Estadual de Prevenção ao Câncer de Mama	Lei nº 12.315, de 20 de dezembro de 2002	Dep. Eudo Magalhães
8	Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar Da Mulher	Lei nº 14.969, de 8 de maio de 2013	Dep. Clodoaldo Magalhães
Semana em que constar o dia 8	Semana Estadual de Prevenção a Endometriose	Lei nº 15.288, de 12 de maio de 2014	Dep. Marcantônio Dourado
Semana a partir do dia 8	Semana Estadual de Luta Contra o Câncer de Mama	Lei 14.007, de 17 de março de 2010	Dep. Eliana Carneiro
8 a 15	Semana da Mulher Pernambucana	Lei nº 15.541, de 10 de julho de 2015	Dep. Pedro Serafim Neto
10	Dia do Missionário Evangélico	Lei nº 13.794, de 11 de junho de 2009	Dep. Dilma Lins
10	Dia Estadual de Respeito aos Ciclistas	Lei nº 15.085, de 6 de setembro de 2013	Dep. Ricardo Costa
10	Dia do Advogado Previdenciário	Lei nº 15.641, de 11 de novembro de 2015	Dep. Antônio Moraes
13	Dia Estadual do Rotaract Club	Lei nº 15.847, de 21 de junho de 2016	Dep. Waldemar Borges
19	Dia do Carpinteiro	Lei nº 13.876, de 25 de setembro de 2009	Dep. Antônio Moraes
20	Dia Estadual do Blogueiro	Lei nº 15.822, de 31 de maio de 2016	Dep. Antônio Moraes
21	Dia Estadual da Síndrome de Down	Lei nº 14.162, de 17 de setembro de 2010	Dep. Mavial Cavalcanti
22	Dia Mundial da Água	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
24	Dia Internacional do Direito à Verdade	Lei nº 14.790, de 8 de outubro de 2012	Dep. Betinho Gomes
26	Dia do MERCOSUL	Lei nº 11.959, de 16 de abril de 2001	Poder Executivo
27	Dia do Circo e do Artista Circense	Lei nº 12.120, de 3 de dezembro de 2001	Dep. Sérgio Leite
27	Dia Estadual da Cultura Cristã	Lei nº 14.173, de 27 de setembro de 2010	Dep. Guilherme Uchôa
Primeiro Domingo	Data Magna do Estado De Pernambuco	Lei nº 13.835, de 02 de julho de 2009 (Altera a Lei nº 13.386, de 24 de Dezembro de 2007)	Dep. Antônio Moraes e Dep. Ciro Coelho
Último Sábado	Dia Estadual da Inclusão Digital	Lei nº 12.607, de 21 de junho de 2004	Dep. Raimundo Pimentel
Segunda Semana	Semana de Prevenção à Morte Cardíaca Súbita	Lei nº 12.802, de 09 de maio de 2005	Dep. Ana Rodvalho
Segunda Semana	Semana do Empreendedorismo Jovem	Lei nº 13.705, de 19 de dezembro de 2008	Dep. Augusto César Filho
Segunda Semana	Semana Estadual de Prevenção às Doenças Renais Crônicas	Lei nº 15.716, de 03 de março de 2016	Dep. Henrique Queiroz
Sem data específica	Festival da Juventude (Município do Cabo de Santo Agostinho)	Lei nº 14.775, de 1º de outubro de 2012	Dep. Everaldo Cabral

ANEXO IV

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
2	Dia da Bandeira de Pernambuco	Lei nº 13.237, de 25 de maio de 2007	Poder Executivo
4	Dia do Jipeiro	Lei nº 13.715, de 20 de fevereiro de 2009	Dep. Eduardo Porto
7	Dia Estadual do Torcedor do Clube Náutico Capibaribe	Lei nº 13.514, de 21 de agosto de 2008	Dep. Terezinha Nunes
7	Dia Estadual do Agente de Saúde	Lei nº 13.855, de 26 de agosto de 2009	Dep. Doutora Nadegi
11	Dia Estadual do Parkinsoniano	Lei nº 12.460, de 11 de novembro de 2003	Dep. Isaltino Nascimento
13	Data Comemorativa de Criação da Polícia Civil do Estado de Pernambuco	Lei nº 12.853, de 4 de julho de 2005	Poder Executivo
15	Dia do Líder Comunitário	Lei nº 11.227, de 10 de julho de 1995	Dep. Oséas Moraes
16	Dia da Cidadania Empresarial	Lei nº 15.239, de 19 de março de 2014	Dep. José Humberto Cavalcanti
17	Dia da Reforma Agrária	Lei nº 11.390, de 5 de novembro de 1996	Dep. Carlos Lapa
18	Dia da Consciência Espírita	Lei nº 14.085, de 16 de junho de 2010	Dep. Sérgio Leite
22	Dia da Caminhada pela Paz no Trânsito	Lei nº 14.611, de 3 de abril de 2012	Dep. Henrique Queiroz
22	Dia Estadual do Capelão Evangélico Civil e Militar	Lei nº 14.927, de 22 de março de 2013	Dep. Ricardo Costa
22	Dia do Planeta Terra	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
27	Dia Estadual da Trabalhadora Doméstica	Lei nº 15.532, de 23 de junho de 2015	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
28	Dia da Caatinga	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
28	Dia Estadual em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho	Lei nº 15.806, de 16 de maio de 2016	Dep. Rodrigo Novaes
Primeiro Sábado subsequente aos 60 (sessenta) dias após o domingo de Páscoa	Dia Estadual da Marcha para Jesus	Lei nº 14.573 de 27 de dezembro de 2011	Dep. Pastor Cleiton Collins
Domingo de Ramos	Poção da Paixão	Lei nº 14.425, de 30 de setembro de 2011	Dep. Diogo Moraes
Segunda Semana	Semana Estadual de Estudos da Palavra de Deus	Lei nº 15.390, de 13 de outubro de 2014	Dep. Odacy Amorim
Sem Data Específica	Missa do Vaqueiro de Caraibeiras (Município de Tacaratu)	Lei nº 15.087, de 6 de setembro de 2013	Dep. Rodrigo Novaes
Sem Data Específica	Festival Viva Dominginhos (Município de Garanhuns)	Lei nº 15.563, de 27 de agosto de 2015	Dep. Álvaro Porto

ANEXO V

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: MAIO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
Durante todo o mês	Mês Maio Amarelo, dedicado à prevenção e combate à violência no trânsito	Lei nº 15.623, de 19 de outubro de 2015	Dep. Eduíno Brito
1	Festa da Lavadeira	Lei nº 12.899, de 7 de outubro de 2005	Dep. Isaltino Nascimento
2	Dia Estadual da Paz nos Estádios	Lei nº 15.367, de 4 de setembro de 2014	Dep. Betinho Gomes
3	Dia Estadual de Combate à Violência	Lei nº 13.194, de 16 de janeiro de 2007	Dep. Soldado Moisés
3	Dia Estadual do Torcedor do Santa Cruz Futebol Clube	Lei nº 13.512, de 21 de agosto de 2008	Dep. Carlos Santana
Entre os dias 5 e 10 (Bienalmente)	Semana Estadual de Leitura e Literatura no Sertão	Lei nº 15.470, de 13 de abril de 2015	Dep. Odacy Amorim
8	Dia Estadual de Iniciação à Expressão Artística nas Escolas	Lei nº 12.281, de 11 de novembro de 2002	Dep. Eudo Magalhães
9	Dia Estadual do Transplantado e Semana de Incentivo à Doação de Órgãos para Transplantes	Lei nº 15.432, de 23 de dezembro de 2014	Dep. Guilherme Uchôa
10	Dia da Consciência e Atenção aos Portadores do Lúpus	Lei nº 14.683, de 31 de maio de 2012	Dep. Sérgio Leite
13	Dia Estadual do Torcedor do Sport Club do Recife	Lei nº 13.513, de 21 de agosto de 2008	Dep. Isaltino Nascimento
15	Dança da Bolinha (Município de Vertente do Lério)	Lei nº 15.632, de 29 de outubro de 2015	Dep. Henrique Queiroz
16	Dia Estadual do Gari	Lei nº 15.238, de 19 de março de 2014	Dep. José Humberto Cavalcanti
17	Dia de Luta contra a Homofobia	Lei nº 14.360, de 17 de agosto de 2011	Dep. Daniel Coelho
18	Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e a Violência contra Crianças e Adolescentes	Lei nº 12.818, de 25 de maio de 2005	Dep. Dilma Lins
18	Dia Estadual de Combate à Agressão Sexual contra Crianças e Adolescentes	Lei nº 13.875, de 16 de setembro de 2009	Dep. Doutora Nadeji
Semana em que constar o dia 18	Semana Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Lei nº 15.638, de 04 de novembro de 2015	Dep. Beto Accioly
19	Dia Estadual do Defensor Público	Lei nº 15.526, de 17 de junho de 2015	Dep. Rogério Leão
Entre os dias 19 e 25	Semana Estadual de Doação de Leite Humano	Lei nº 14.808, de 31 de outubro de 2012	Dep. Ricardo Costa
20	Dia Estadual de Combate ao Crack e ao Óxi	Lei nº 14.421, de 29 de setembro de 2011	Dep. Edson Vieira
20	Dia da Afirmação do Povo Xukuru do Ororubá	Lei nº 15.315, de 13 de junho de 2014	Dep. Isaltino Nascimento
22	Dia da Luta em Defesa da Família	Lei nº 14.485, de 23 de novembro de 2011	Dep. Pastor Cleiton Collins
22	Dia da Mobilização para o Registro Civil de Nascimento	Lei nº 14.618, de 10 de abril de 2012	Dep. Henrique Queiroz
23	Dia Estadual da Gastronomia Pernambucana	Lei nº 15.104, de 20 de setembro de 2013	Dep. Sérgio Leite
24	Dia Estadual do Metodismo Wesleyano	Lei nº 15.698, de 21 de dezembro de 2015	Dep. Pastor Cleiton Collins
Semana que Antecede o dia 25	Semana Estadual da Adoção	Lei nº 14.349, de 7 de julho de 2011	Dep. Teresa Leitão
25	Dia Estadual da Adoção	Lei nº 12.371, de 23 de maio de 2003	Dep. Jacilda Urquiza
25	Dia Estadual da Liberdade Religiosa	Lei nº 15.102, de 20 de setembro de 2013	Dep. Odacy Amorim
26	Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Glaucoma	Lei nº 15.577, de 11 de setembro de 2015	Dep. Beto Accioly
27	Dia Estadual do Agente de Trânsito	Lei nº 14.794, de 8 de outubro de 2012 (Altera a Lei nº 13.327, de 23 de outubro de 2007)	Dep. Teresa Leitão
28	Dia Estadual do Brincar	Lei nº 15.814, de 26 de maio de 2016	Dep. Simone Santana
Semana em que constar o dia 28	Semana de Prevenção e Combate à Depressão Pós-parto	Lei nº 14.743, de 17 de agosto de 2012	Dep. Mary Gouveia
29	Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino	Lei nº 12.605, de 21 de junho de 2004	Dep. Nelson Pereira
29	Dia Estadual de Conscientização ao Uso de Energias Renováveis	Lei nº 15.163, de 3 de dezembro de 2013	Dep. Ossésio Silva
31	Dia de Frei Damião	Lei nº 15.039, de 3 de julho de 2013	Dep. André Campos
Último Domingo	Dia da Cavalcada à Pedra do Reino (Município de São José do Belmonte)	Lei nº 15.502, de 14 de maio de 2015	Dep. Rogério Leão
Primeira Semana	Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Vermiose no Estado de Pernambuco	Lei nº 15.236, de 19 de março de 2014	Dep. Gustavo Negromonte
Primeira Semana	Semana Estadual da Imigração	Lei nº 15.768, de 05 de abril de 2016	Dep. Beto Accioly
Terceira Semana	Semana Estadual de Valorização da Família	Lei nº 15.321, de 13 de junho de 2014	Dep. Pastor Cleiton Collins
Quarta Semana	Semana de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento	Lei nº 14.618, de 10 de abril de 2012	Dep. Henrique Queiroz
Última Semana	Semana de Conscientização sobre Acidentes com Fogos de Artifício e Fogueiras	Lei nº 14.802, de 29 de outubro de 2012	Dep. Henrique Queiroz
Sem Data Específica	CAPRISHOW (Município de Dormentes)	Lei nº 14.304, de 18 de maio de 2011	Dep. Odacy Amorim
Sem Data Específica	Noite da Poesia (Município de Belo Jardim)	Lei nº 14.496, de 7 de dezembro de 2011	Dep. Diogo Moraes
Sem Data Específica	Festival de Cultura Banguê (Município de Nazaré da Mata)	Lei nº 14.745, de 24 de agosto de 2012	Dep. Aluísio Lessa

ANEXO VI

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
2	Dia do Imigrante Italiano e seus Descendentes	Lei nº 13.225, de 4 de maio de 2007	Dep. José Queiroz
3	Dia Estadual em Defesa do Rio São Francisco	Lei nº 15.608, de 6 de outubro de 2015	Dep. Lucas Ramos
5	Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
Semana em que constar o dia 5	Semana Estadual do Meio Ambiente	Lei nº 15.805, de 16 de maio de 2016	Dep. Zé Maurício
6	Dia do Cinema Pernambucano	Lei nº 13.402, de 4 de março de 2008	Dep. Sérgio Leite
6	Dia Estadual de Combate à Hanseníase	Lei nº 14.793, de 8 de outubro de 2012	Dep. Sérgio Leite
11 a 13	Festa de Santo Antônio (Município de Cachoeirinha)	Lei nº 13.716, de 20 de fevereiro de 2009	Dep. Esmeraldo Santos
12	Dia Estadual pela Luta da Erradicação do Trabalho Infantil	Lei nº 15.082, de 6 de setembro de 2013	Dep. Pastor Cleiton Collins
15	Dia Estadual do Torcedor do Central Sport Club	Lei nº 13.554, de 17 de setembro de 2008	Dep. Miriam Lacerda
15	Dia do Agente de Defesa Civil	Lei nº 15.329, de 25 de junho de 2014	Dep. Pedro Serafim Neto
19	Dia Estadual de Conscientização e Combate à Anemia Falciforme em Pernambuco	Lei nº 15.506, de 21 de maio de 2015	Dep. Bispo Ossésio Silva
20	Dia da Dança do Coco	Lei nº 13.915, de 19 de novembro de 2009	Dep. Sérgio Leite
20	Dia Estadual do Advogado Trabalhista	Lei nº 14.574, de 27 de dezembro de 2011	Dep. Sérgio Leite
23	Concurso de Quadriplas Juninas do Distrito de Nova Descoberta (Município de Petrolina)	Lei nº 15.112, de 8 de outubro de 2013	Dep. Isabel Cristina
24	Dia Estadual do Bacamarteiro	Lei nº 15.152, de 26 de novembro de 2013	Dep. Augusto César
26	Dia Estadual das Comunidades Terapêuticas	Lei nº 15.044, de 3 de julho de 2013	Dep. Pastor Cleiton Collins
27	Dia Estadual do Quadrilheiro Junino	Lei nº 15.265, de 10 de abril de 2014	Dep. Teresa Leitão
Primeiro Domingo	Missa do Vaqueiro (Município de Inajá)	Lei nº 14.783, de 1º de outubro de 2012	Dep. Rodrigo Novaes
Primeira Segunda	Dia do Cooperativismo	Lei nº 12.314, de 20 de dezembro de 2002	Dep. Eudo Magalhães
Primeira Semana	Dia Estadual do Pastor e do Pastoreio Religioso	Lei nº 14.571, de 27 de dezembro de 2011	Dep. Odacy Amorim
Segunda Semana	Semana Estadual de Conscientização da Cardiopatia Congênita	Lei nº 14.869, de 11 de dezembro de 2012	Dep. Ricardo Costa
Última Semana	Festa de São Pedro (Município de Buíque)	Lei nº 14.718, de 4 de julho de 2012	Dep. Marcantônio Dourado
Sem data específica	Jecana do Capim (Município de Petrolina)	Lei nº 14.391, de 22 de setembro de 2011	Dep. Adalberto Cavalcanti
Sem data específica	São João (Município de Vitória de Santo Antão)	Lei nº 14.433, de 7 de outubro de 2011	Dep. Henrique Queiroz
Sem data específica	São João (Município de Catende)	Lei nº 14.438, de 11 de outubro de 2011	Dep. Henrique Queiroz

ANEXO VII

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: JULHO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
1	Dia da Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos	Lei nº 12.832, de 9 de junho de 2005	Dep. Raimundo Pimentel
13	Dia do Conselheiro Tutelar	Lei nº 12.443, de 22 de outubro de 2003	Dep. Carla Lapa
14	Dia do Propagandista	Lei nº 13.717, de 20 de fevereiro de 2009	Dep. José Queiroz
16	Dia Estadual do Cineclubismo	Lei nº 15.072, de 5 de setembro de 2013	Dep. Clodoaldo Magalhães
25	Dia Estadual da Cultura e da Paz	Lei nº 12.015, de 19 de junho de 2001	Dep. João Paulo
26	Dia Estadual de Combate ao Uso e Tráfico Ilícito de Drogas	Lei nº 15.154, de 26 de novembro de 2013	Dep. Ossésio Silva
28 a 29	Festa do Romeiro (Município de Santa Cruz)	Lei nº 15.129, de 17 de outubro de 2013	Dep. Isabel Cristina
29	Dia Estadual do Doador de Medula Óssea	Lei nº 14.441, de 17 de outubro de 2011	Dep. Antônio Moraes
Segundo Domingo	Moto Chico (Tradicional Encontro de Motociclistas do Vale do São Francisco, Município de Petrolina)	Lei nº 15.635, de 29 de outubro de 2015	Dep. Miguel Coelho
Terceiro Domingo	Festa do Tomate do Açude Saco (Município de Lagoa Grande)	Lei nº 15.113, de 8 de outubro de 2013	Dep. Isabel Cristina
Último Domingo	Dia da Consciência Jovem	Lei nº 14.671, de 22 de maio de 2012	Dep. Ossésio Silva
Último Final de Semana	Festa da Cocada Gigante (Município de Ipojuca, realizada no Distrito de Maracáipe)	Lei nº 15.633, de 29 de outubro de 2015	Dep. Simone Santana
Sem data específica	Exposição de Caprinos e Ovinos de Sertânia - EXPOCOSE	Lei nº 14.175, de 27 de setembro de 2010	Dep. Ângelo Ferreira
Sem data específica	Pega de Boi no Mato Vaqueiro Antônio Muritiba (Município de Granito)	Lei nº 14.348, de 7 de julho de 2011	Dep. Sebastião Oliveira Júnior
Sem data específica	Corrida da Galinha (Município de São Bento do Una)	Lei nº 14.451, de 25 de outubro de 2011	Dep. Ângelo Ferreira
Sem data específica	Feira do Gesso - EXPOGESSO (Município de Trindade)	Lei nº 14.347, de 7 de julho de 2011	Dep. Raimundo Pimentel
Sem data específica	Feira de Indústria, Comércio e Serviços – EXPOSERRA (Município de Serra Talhada)	Lei nº 14.690, de 4 de junho de 2012	Dep. Sebastião Oliveira Júnior

ANEXO VIII

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
1 a 7	Semana Estadual de Aleitamento Materno	Lei nº 14.868, de 11 de dezembro de 2012	Dep. Mary Gouveia

1	Dia Estadual do Maracatu	Lei nº 11.506, de 22 de dezembro de 1997	Dep. Djalma Paes
2	Dia Estadual do Vaqueiro	Lei nº 14.988, de 29 de maio de 2013	Dep. Rodrigo Novaes
Semana a partir do dia 5	Semana de Vacinação de Adultos	Lei nº 15.214, de 24 de dezembro de 2013	Dep. Pastor Cleiton Collins
6	Dia Estadual do Cônsul	Lei nº 13.419, de 28 de março de 2008	Dep. Coronel José Alves
6	Dia Estadual da Educação Ambiental	Lei nº 14.377, de 2 de setembro de 2011	Dep. Daniel Coelho
9	Dia Estadual da Equoterapia	Lei nº 15.729, de 10 de março de 2016	Dep. Ricardo Costa
10	Dia Estadual de Combate ao Bullying	Lei nº 14.528, de 9 de dezembro de 2011	Dep. Edson Vieira
10	Dia Estadual da Eubiose	Lei nº 15.216, de 24 de dezembro de 2013	Dep. Guilherme Uchoa
11	Dia Estadual do Adolescente	Lei nº 14.499, de 7 de dezembro de 2011	Dep. Odacy Amorim
11	Dia Estadual do Conciliador de Justiça	Lei nº 15.540, de 10 de julho de 2015	Dep. Bispo Ossésio Silva
Semana que antecede o dia 12	Semana Estadual da Mulher Trabalhadora Rural	Lei nº 14.822, de 31 de outubro de 2012	Dep. Mary Gouveia
15	Dia D do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas	Lei nº 15.356, de 4 de julho de 2014	Dep. Laura Gomes
19	Dia de Pernambuco	Lei nº 13.044, de 15 de junho de 2006	Dep. Raimundo Pimentel
20	Dia do Maçom	Lei nº 11.967, de 24 de abril de 2001	Dep. Romário Dias
20	Dia do Procurador do Estado de Pernambuco	Lei nº 13.278, de 17 de agosto de 2007	Dep. Mavíael Cavalcanti
20	Dia Estadual de Luta pelo Semiárido	Lei nº 15.530, de 23 de junho de 2015	Dep. Rodrigo Novaes
21 a 28	Semana Estadual da Pessoa com Deficiência	Lei nº 13.381, de 21 de dezembro de 2007	Dep. Airinho de Sá Carvalho
Semana em que constar o dia 26	Semana Estadual de Combate à Alienação Parental	Lei nº 15.171, de 11 de dezembro de 2013 (Altera a Lei nº 15.009, de 18 de junho de 2013)	Dep. Sérgio Leite
27	Dia Estadual do Corretor de Imóveis	Lei nº 15.057, de 3 de setembro de 2013	Dep. Sebastião Rufino
28	Dia Estadual das Organizações do Terceiro Setor	Lei nº 15.519, de 2 de junho de 2015	Dep. Pastor Cleiton Collins
28	Dia do Bancário	Lei nº 13.085, de 4 de setembro de 2006	Dep. Roberto Leandro
28	Dia Estadual do Avicultor	Lei nº 15.726, de 10 de março de 2016	Dep. Miguel Coelho
29	Dia do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência	Lei nº 13.760, de 30 de abril de 2009	Dep. Soldado Moisés
Primeiro Domingo	Dia do Produtor Agrícola Orgânico	Lei nº 15.643, de 11 de novembro de 2015	Dep. Miguel Coelho
Terceiro Domingo	Dia Estadual do Obreiro	Lei nº 15.655, de 26 de novembro de 2015	Dep. Bispo Ossésio Silva
Último Sábado	Dia Estadual da Marcha pela Família	Lei nº 15.153, de 26 de novembro de 2013	Dep. Pastor Cleiton Collins
Último Sábado	Festa do Vaqueiro de Jataí (Município de Lagoa Grande)	Lei nº 14.257, de 23 de dezembro de 2010	Dep. Terezinha Nunes
Primeira Semana	Exposição de Caprinos Ovinos da Comunidade do Caroa - EXPOCAROÁ (Município de Petrolina, realizada no Distrito de Rajada)	Lei nº 15.111, de 8 de outubro de 2013	Dep. Isabel Cristina
Segunda Semana	Semana Estadual da Saúde do Homem	Lei nº 14.158, de 17 de setembro de 2010	Dep. Barreto
Um dia da Segunda Semana	Festa dos Garçons (Cidade de Frei Miguelinho)	Lei nº 14.206, de 9 de novembro de 2010	Dep. Clodoaldo Magalhães
Terceira Semana	Semana de Consscientização do Motorista aos Direitos do Ciclista	Lei nº 15.099, de 20 de setembro de 2013	Dep. Daniel Coelho
Durante todo o mês	Feira de Negócios da Tilápia de Jatobá – FENTIJA (Município de Jatobá)	Lei nº 15.151, de 20 de novembro de 2013	Dep. Clodoaldo Magalhães
Sem data específica	Festa do Tamarindo (Município de Afrânio)	Lei nº 14.975, de 13 de maio de 2013	Dep. Adalberto Cavalcanti
Sem data específica	Festival de Inverno do Alto do Moura (Município de Caruaru)	Lei nº 15.657, de 26 de novembro de 2015	Dep. Tony Gel

ANEXO IX

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: SETEMBRO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
5	Dia Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional	Lei nº 15.205, de 17 de dezembro de 2013	Poder Executivo
7	Dia do Corredor de Rua	Lei nº 15.144, de 7 de novembro de 2013	Dep. Ricardo Costa
9	Dia do Administrador	Lei nº 11.251, de 14 de setembro de 1995	Dep. Teresa Leitão
12 a 18	Semana Estadual da Vivência e Prática da Cultura Afro-Pernambucana	Lei nº 13.298, de 21 de setembro de 2007	Dep. Isaltino Nascimento
14	Dia Estadual do Portador de Epilepsia	Lei nº 11.749 de 3 de abril de 2000	Dep. João Mendonça
15	Dia Pernambucano de Combate ao Aquecimento Global	Lei nº 13.301, de 21 de setembro de 2007	Dep. Alberto Feitosa
19	Dia Estadual do Educador Social	Lei nº 14.182, de 3 de novembro de 2010	Dep. Nelson Pereira de Carvalho
20	Dia Estadual do Karatê	Lei nº 15.753, de 28 de março de 2016	Dep. Beto Accioly
21	Dia Estadual do Portador da Doença de Alzheimer	Lei nº 12.492, de 10 de dezembro de 2003	Dep. Dilma Lins
21	Dia do Auditor Fiscal do Tesouro Estadual de Pernambuco	Lei nº 13.632, de 21 de novembro de 2008	Dep. Antônio Moraes
21	Dia da Árvore	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
Semana em que estiver compreendido o dia 21	Semana Estadual de Prevenção às Deficiências	Lei nº 15.585, de 21 de setembro de 2015	Dep. Simone Santana
22	Dia Mundial Sem Carro	Lei nº 15.846, de 21 de junho de 2016	Dep. Lucas Ramos
23	Dia do Técnico Industrial	Lei nº 11.932 de 3 de janeiro de 2001	Dep. Augusto César
23	Dia da Psicanálise	Lei nº 13.045, de 15 de junho de 2006	Dep. Antônio Figuerôa
23	Dia do Motociclista	Lei nº 13.270, de 3 de julho de 2007	Dep. Eduardo Porto
23	Dia da Arte de Ikebana	Lei nº 13.286, de 31 de agosto de 2007	Dep. Augusto Coutinho
23	Dia da Educação Profissionalizante	Lei nº 15.522, de 5 de junho de 2015	Dep. Pedro Serafim Neto
24 a 30	Semana Estadual de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos	Lei nº 15.117, de 8 de outubro de 2013 (Altera a Lei nº 13.412, de 14 de março de 2008)	Dep. Sérgio Leite
26	Dia Estadual do Surdo	Lei nº 13.651, de 4 de dezembro de 2008	Dep. Airinho de Sá Carvalho
28	Dia Estadual dos Doutores da Alegria	Lei nº 14.878, de 14 de dezembro de 2012	Dep. Ricardo Costa
Semana que antecede o dia 29	Semana Estadual de Prevenção, Diagnóstico Precoce e Controle de Doenças Cardiovasculares nas Mulheres	Lei nº 15.219, de 24 de dezembro de 2013	Dep. Mary Gouveia
Segunda Sexta-Feira	Dia Estadual do Forró Pé de Serra	Lei nº 12.900, de 7 de outubro de 2005	Dep. Betinho Gomes
Segundo Domingo	Missa do Vaqueiro (Município de Canhotinho)	Lei nº 14.014, de 23 de março de 2010	Dep. Eduardo Porto
Último Sábado	Dia da Cultura Sul-Coreana	Lei nº 15.114, de 8 de outubro de 2013	Dep. José Humberto Cavalcanti
Primeira Semana	Semana Estadual de Prevenção e Controle da Diabetes	Lei nº 15.787, de 26 de abril de 2016	Dep. João Eudes
Semana da Pátria	Semana da Ética (No âmbito das escolas públicas do Estado de Pernambuco)	Lei nº 13.101, de 25 de setembro de 2006	Dep. Geraldo Coelho
Quarta Semana	Semana Estadual de Mobilidade Urbana	Lei nº 15.846, de 21 de junho de 2016	Dep. Lucas Ramos
Última Semana	Semana da Atividade Física	Lei nº 15.143, de 7 de novembro de 2013	Dep. Botafogo Filho
Última Semana	Semana Estadual de Luta contra a Depressão	Lei nº 15.511, de 22 de maio de 2015	Dep. Beto Accioly
Sem data específica	Festa do Leite (Município de Itaíba)	Lei nº 14.589, de 21 de março de 2012	Dep. Claudiano Martins Filho
Sem data específica	Festa da Banana (Município de São Vicente Férrer)	Lei nº 14.598, de 21 de março de 2012	Dep. Pedro Serafim Neto
Sem data específica	Festival da Cultura (Município de João Alfredo)	Lei nº 14.809, de 31 de outubro de 2012	Dep. Zé Maurício

ANEXO X

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: OUTUBRO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
Entre os meses de Outubro e Novembro	Feira do Bordado Manual de Passira	Lei nº 14.118, de 23 de agosto de 2010	Dep. Henrique Queiroz
1	Dia Estadual do Idoso	Lei nº 13.246, de 13 de junho de 2007	Dep. Antônio Moraes
1	Dia Estadual da prática do Jiu-Jitsu	Lei nº 15.826, de 2 de junho de 2016	Dep. Professor Lupércio
3	Dia Estadual de Saúde Bucal	Lei nº 12.650, de 27 de agosto de 2004	Dep. Nelson Pereira
4	Dia do Rio São Francisco	Lei nº 15.253, de 1º de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
4	Dia Estadual dos Animais	Lei nº 15.381, de 2 de outubro de 2014	Dep. Terezinha Nunes
5	Dia do Procurador Legislativo	Lei nº 15.146, de 13 de novembro de 2013	Dep. Ricardo Costa
5	Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa	Lei nº 15.720, de 08 de março de 2016	Dep. Miguel Coelho
Entre os dias 06 e 12	Semana da Leitura e Escrita Infantil	Lei nº 14.374, de 2 de setembro de 2011	Dep. Aluísio Lessa
Entre os dias 06 e 12	Semana Educativa da Nutrição Infantil	Lei nº 15.752, de 28 de março de 2016	Dep. Sílvio Costa Filho
8	Dia Estadual da Mulher Empreendedora	Lei nº 15.581, de 14 de setembro de 2015	Dep. Simone Santana
11	Dia de Consscientização da Prevenção, Orientação e Tratamento da Obesidade Infantil	Lei nº 14.289, de 18 de abril de 2011	Dep. Mavíael Cavalcanti
11	Dia Estadual do Frevo de Bloco	Lei nº 15.105, de 20 de setembro de 2013	Dep. Teresa Leitão
12	Dia Estadual do Corretor de Seguros	Lei nº 13.795, de 11 de junho de 2009	Dep. Augusto Coutinho
Semana do dia 15	Semana Estadual da Saúde do Professor	Lei nº 15.681, de 15 de dezembro de 2015	Dep. Henrique Queiroz
18	Dia do Policial Militar - PM e Bombeiro Militar - BM da Reserva	Lei nº 13.653, de 4 de dezembro de 2008	Dep. Sebastião Rufino
Semana a partir do dia 18	Semana Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Boca	Lei nº 13.411, de 14 de março de 2008	Dep. Clodoaldo Magalhães
Semana que antecede o dia 20	Semana Estadual do Bombeiro	Lei nº 14.398, de 22 de setembro de 2011	Dep. Júlio Cavalcanti
20	Dia Estadual de Consscientização da Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose	Lei nº 15.512, de 22 de maio de 2015	Dep. Bispo Ossésio Silva
20	Dia Estadual das Filhas de Jó	Lei nº 15.672, de 11 de dezembro de 2015	Dep. Eduíno Brito
23	Dia Estadual da Leitura	Lei nº 12.803, de 9 de maio de 2005	Dep. Augusto Coutinho
27	Dia Estadual de Prevenção de Câncer de Colo Uterino	Lei nº 11.861, de 17 de outubro de 2000	Dep. Jorge Gomes
28	Dia Estadual do Judô	Lei nº 14.575, de 27 de dezembro de 2011	Dep. Edson Vieira
28	Dia Estadual dos Trabalhadores Motociclistas	Lei nº 14.879, de 14 de dezembro de 2012	Dep. Teresa Leitão
28	Dia do Assessor Parlamentar	Lei nº 15.767, de 5 de abril de 2016	Dep. Ricardo Costa
29	Dia do Cerimonialista	Lei nº 13.605, de 31 de outubro de 2008	Dep. Guilherme Uchôa
29	Dia Estadual de Combate à Psoríase	Lei nº 15.162, de 3 de dezembro de 2013	Dep. Mary Gouveia
31	Dia Estadual da Consciência Evangélica	Lei nº 11.063, de 16 de maio de 1994	Dep. Israel Guerra Filho
Terceiro Domingo	Missa do Vaqueiro de Rajada (Município de Petrolina)	Lei nº 15.266, de 10 de abril de 2014	Dep. Isabel Cristina
Primeira Semana	Semana Estadual do Idoso	Lei nº 13.246, de 13 de junho de 2007	Dep. Antônio Moraes

Primeira Semana	Semana de Estudos das Constituições Federal e Estadual, bem como da Lei Orgânica dos respectivos Municípios	Lei nº 13.535, de 8 de setembro de 2008	Dep. Eriberto Medeiros
Primeira Semana	Semana Estadual de Combate à Crueldade contra Animais	Lei nº 14.800, de 22 de outubro de 2012	Dep. Everaldo Cabral
Segunda Semana	Semana Estadual da Criança e do Adolescente	Lei nº 13.718, de 20 de fevereiro de 2009	Dep. Teresa Leitão
Segunda Semana	Semana Estadual de Conscientização Contra a Obesidade Infantil	Lei nº 14.980, de 13 de maio de 2013	Dep. Pedro Serafim Neto
Segunda Semana	Semana de Conscientização da Microcefalia	Lei nº 15.784, de 26 de abril de 2016	Dep. Ricardo Costa
Terceira Semana	Semana de Intercessão Missionária	Lei nº 14.781, de 1º de outubro de 2012	Dep. Ricardo Costa
Quarta Semana	Semana Estadual da Juventude	Lei nº 13.325, de 23 de outubro de 2007	Dep. Sérgio Leite
Última Semana	Semana de Promoção da Saúde Bucal	Lei nº 13.198, de 16 de janeiro de 2007	Dep. Roberto Leandro
Última Semana	Semana Estadual da Consciência e do Combate ao Assédio Moral	Lei nº 13.894, de 21 de outubro de 2009	Dep. Isaltino Nascimento
Concomitante à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Semana Pernambucana de Ciência e Tecnologia – SPCT	Lei nº 13.190, de 16 de janeiro de 2007	Dep. João Fernando Coutinho
Sem data específica	Projeto Samba da Aurora (Município de Recife)	Lei nº 14.682, de 31 de maio de 2012	Dep. Aluísio Lessa
Sem data específica	Bienal do Livro	Lei nº 14.536, de 13 de dezembro de 2011	Dep. Luciano Siqueira
Sem data específica (Bienalmente)	VINHUA FEST (realizada a cada dois anos no Município de Lagoa Grande)	Lei nº 15.609, de 6 de outubro de 2015	Dep. Lucas Ramos

ANEXO XI

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: NOVEMBRO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
1	Dia Estadual do Oficial de Reserva	Lei nº 15.269, de 10 de abril de 2014	Dep. Sérgio Leite
5	Dia do Militar Músico	Lei nº 14.977, de 13 de maio de 2013	Dep. Pastor Cleiton Collins
5	Dia do Profissional do SAMU	Lei nº 15.101, de 20 de setembro de 2013	Dep. Mavíael Cavalcanti
5	Dia Estadual do Técnico Agrícola	Lei nº 15.821, de 31 de maio de 2016	Dep. Miguel Coelho
Semana em que constar o dia 5	Semana Estadual de Combate a Dengue	Lei nº 15.242, de 19 de março de 2014	Dep. Sérgio Leite
Entre os dias 8 e 15	Semana Estadual de Teatro de Bonecos	Lei nº 15.634, de 29 de outubro de 2015	Dep. Pedro Serafim Neto
14 a 20	Semana da Consciência da Raça Negra	Lei nº 11.768, de 22 de maio de 2000	Dep. Luciana Santos
14	Dia Estadual do Desarmamento	Lei nº 12.180, de 4 de abril de 2002	Dep. Eudo Magalhães
14	Dia Estadual de Conscientização Sobre o Diabetes	Lei nº 15.765, de 5 de abril de 2016	Dep. Zé Maurício
15	Dia Estadual do Juiz de Paz	Lei nº 15.322, de 13 de junho de 2014	Dep. Ricardo Costa
17	Dia do Tribunal de Contas	Lei nº 13.771, de 18 de maio de 2009	Dep. Pastor Cleiton Collins
Semana em que constar o dia 17	Semana Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata	Lei nº 15.222, de 24 de dezembro de 2013 (Altera a <u>Lei nº 13.309, de 1º de outubro de 2007</u>)	Dep. Sérgio Leite
19	Dia Estadual do Cordelista	Lei nº 12.958, de 20 de dezembro de 2005	Dep. Antônio Moraes
20	Dia do Sulanqueiro	Lei nº 11.012 de 27 de dezembro de 1993	Dep. Oséas Moraes
23	Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil	Lei nº 15.055, de 3 de setembro de 2013	Dep. Ricardo Costa
24	Dia do Rio Capibaribe	Lei nº 14.011, de 23 de março de 2010	Dep. Augusto Coutinho
24	Dia do Rio Beberibe	Lei nº 15.257, de 1º de abril de 2014	Dep. Ricardo Costa
25	Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento às Drogas nas Unidades Prisionais	Lei nº 15.737, de 21 de março de 2016	Dep. Rodrigo Novaes
Semana em que consta o dia 25	Semana Estadual de Incentivo à Doação de Sangue	Lei nº 14.428, de 30 de setembro de 2011	Dep. Edson Vieira
28	Dia Estadual de Combate e Atenção aos Portadores de Hipertensão Arterial Pulmonar – HAP	Lei nº 14.858, de 7 de dezembro de 2012	Dep. Sérgio Leite
30	Dia do Síndico	Lei nº 13.189, de 16 de janeiro de 2007	Dep. Nelson Pereira
Semana Anterior ao Terceiro Domingo	Semana Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto	Lei nº 14.645, de 4 de maio de 2012	Dep. Júlio Cavalcanti
Terceiro Domingo	Dia Estadual das Vítimas de Acidentes de Trânsito	Lei nº 14.650, de 4 de maio de 2012	Dep. Waldemar Borges
Terceiro Final de Semana	Festa da Rabeca (Município de Ferreiros)	Lei nº 15.220, de 24 de dezembro de 2013	Dep. Mavíael Cavalcanti
Quinta-feira da Quarta Semana	Dia Estadual de Ação de Graças	Lei nº 13.745, de 14 de abril de 2009	Dep. Elina Carneiro
Última Semana	Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele	Lei nº 15.660, de 30 de novembro de 2015	Dep. Henrique Queiroz
Entre os meses de Outubro e Novembro	Feira do Bordado Manual de Passira	Lei nº 14.118, de 23 de agosto de 2010	Dep. Henrique Queiroz
Sem data específica	Caminhada dos Terreiros de Matrizas Africanas e Afro-brasileiras	Lei nº 14.210, de 26 de novembro de 2010	Dep. Isaltino Nascimento
Sem data específica	Feira de Negócios e Oportunidades do Município do Cabo de Santo Agostinho – FENOC	Lei nº 14.746, de 24 de agosto de 2012	Dep. Everaldo Cabral
Sem data específica	Festa de Zé Dantas (Município de Carinaíba)	Lei nº 14.460, de 7 de novembro de 2011	Dep. Ângelo Ferreira

ANEXO XII

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO

DATA	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
Durante todo o mês	Dezembro Vermelho, dedicado à prevenção e combate à AIDS	Lei nº 15.751, de 28 de março de 2016	Dep. Teresa Leitão
3	Dia do Professor Especializado em Educação Especial	Lei nº 14.646, de 4 de maio de 2012	Dep. Ricardo Costa
3	Dia Estadual do Delegado de Polícia Civil	Lei nº 15.324, de 13 de junho de 2014	Dep. Antônio Moraes
6	Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres no Estado de Pernambuco	Lei nº 13.144, de 23 de novembro de 2006	Dep. Roberto Leandro
8	Dia Estadual da Agricultura Familiar	Lei nº 13.337, de 19 de novembro de 2007	Dep. Henrique Queiroz
9	Dia do Fonoaudiólogo	Lei nº 13.317, de 15 de outubro de 2007	Dep. Alberto Feitosa
11	Dia Estadual do Engenheiro Civil	Lei nº 15.807, de 16 de maio de 2016	Dep. José Humberto Cavalcanti
13	Dia do Sanfoneiro	Lei nº 11.274, de 22 de novembro de 1995	Dep. Geraldo Barbosa
15	Dia Estadual da Economia Popular Solidária	Lei nº 15.594, de 28 de setembro de 2015	Dep. Teresa Leitão
17	Dia em Homenagem aos Mercados Públicos	Lei nº 14.342, de 7 de julho de 2011	Dep. Daniel Coelho
20	Dia Estadual dos Catadores de Lixo Reciclável	Lei nº 15.231, de 25 de fevereiro de 2014	Dep. Ossésio Silva
21	Dia Estadual do Apicultor	Lei nº 15.517, de 27 de maio de 2015	Dep. Socorro Pimentel
Entre 28 de dezembro e 7 de janeiro	Festa de Reis (Município de São Bento do Una)	Lei nº 14.595, de 21 de março de 2012	Dep. Manoel Santos
Segundo Domingo	Dia da Bíblia	Lei nº 9.582, de 23 de novembro de 1984	Dep. Inaldo Lima
Última Semana	Festa do Senhor do Bonfim (Município de Afrânio)	Lei nº 14.976, de 13 de maio de 2013	Dep. Adalberto Cavalcanti
Sem data específica	Missa do Vaqueiro de Floresta (Município de Floresta)	Lei nº 14.314, de 27 de maio de 2011	Dep. Rodrigo Novaes
Sem data específica	Evento Viva Gonzagão (Município de Exu)	Lei nº 15.745, de 28 de março de 2016	Dep. Henrique Queiroz

ANEXO XIII

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANOS COMEMORATIVOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO	EVENTO/DATA COMEMORATIVA	LEGISLAÇÃO	AUTORIA
2012	Centenário do Nascimento de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião	Lei nº 14.291, de 3 de maio de 2011	Dep. Antônio Moraes
2016	Centenário de Nascimento do Ex-Governador Miguel Arraes de Alencar	Lei nº 15.488, de 27 de abril de 2015	Dep. Henrique Queiroz
2017	Ano Estadual da Revolução Pernambucana de 1817	Lei nº 15.494, de 11 de maio de 2015	Dep. Priscila Krause

Justificativa

O Estado de Pernambuco dispõe de vasta legislação com o fito de conscientizar a população e prestar o devido reconhecimento a importantes eventos, acontecimentos históricos, políticas públicas e manifestações da cultura popular pernambucana. Esse cipoal legislativo, ao instituir eventos e datas comemorativas, decerto, persegue nobres objetivos. No entanto, constatamos a falta de uma sistematização na tratativa da matéria, o que impossibilita o acesso seguro, prático e sistemático a essa legislação. Desse modo, propomos a unificação, em um único diploma legal, de todos os eventos e datas comemorativas previstas na legislação estadual. Trata-se de um esforço em prol da sistematização, efetividade, segurança jurídica, simplicidade e acessibilidade da legislação estadual sobre o assunto. Com isso, facilitaremos não só o conhecimento do cidadão acerca das datas comemorativas do Estado, mas a própria coordenação de ações do Poder Público para dar publicidade e efetividade a esses dispositivos legais. O "Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco" consolida, na forma de Anexos correspondentes aos meses do ano, os eventos e as datas já existentes na legislação estadual. A presente proposição, em solução de continuidade, ainda prevê dispositivo determinando a revisão sistemática dos respectivos Anexos, para inclusão dos eventos e das datas a serem aprovados por novas leis. Assim, manter-se-á o "Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas" sempre atualizado. Ademais, as novas leis que instituíam datas no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco deverão, expressamente, conter dispositivo que altere o Anexo correspondente da presente proposição, em mais uma ferramenta consentânea com o Princípio da Acessibilidade da legislação.

Em esforço de síntese, julgamos a inovação legislativa imprescindível ferramenta para a efetividade e eficácia das leis instituidoras de eventos e datas comemorativas no âmbito do Estado de Pernambuco. Afinal, resta evidente e comprovado que apenas produzir leis não basta, é necessário torná-las aplicáveis e do conhecimento de todos, através de um amplo trabalho de sistematização e atualização da legislação.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 19 de outubro de 2016.

Diogo Moraes
Deputado

Pareceres de Comissão

Parecer N° 3132/2016

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1587/2013, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre a proibição de trote estudantil aos novos alunos nas instituições de ensino superior.

Art. 1º Fica vedado a realização do trote estudantil aos alunos calouros das instituições de nível superior, públicas ou privadas.

Art. 2º Compete à direção das instituições de ensino superior:

I - aplicar penalidades administrativas aos universitários que infringirem a presente Lei, incluindo a expulsão da universidade, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis;

II - solicitar o reforço de segurança policial ou particular visando o impedimento do trote, dentro das edificações das instituições;

III - incentivar nos primeiros dias de aula a recepção amigável aos alunos novos; e,

IV- além das providências especificadas neste artigo, adotar outras medidas preventivas que tenham a finalidade de impedir o trote aos novos alunos.

Art. 3º Abre-se exclusivamente exceção, quanto ao denominado trote solidário que tem objetivo social.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Everaldo Cabral
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 8 de novembro de 2016.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Everaldo Cabral, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto.

Parecer N° 3133/2016

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 943/2016, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a afixação de cartazes nas agências de viagens, nos estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas e assemelhados, e dá outras providências.

Art. 1º As agências de viagens e estabelecimentos que comercializam passagens aéreas e assemelhados, no âmbito do Estado de Pernambuco, ficam obrigados a afixar cartazes informando o teor dos arts. 27 e 28 da Resolução ANAC nº 280, de 11 de julho de 2013.

Parágrafo único. Os cartazes deverão ser afixados em local de fácil visualização, medindo 297x420mm (Folha A3), preferencialmente, com caracteres em negrito, e conterão a seguinte informação:

"De acordo com os arts. 27 e 28 da Resolução ANAC nº 280, de 11 de julho de 2013, o passageiro com necessidade de assistência especial que viajar em incubadora ou maca; não puder compreender as instruções de segurança de voo ou não puder atender às suas necessidades fisiológicas autonomamente, quando seu operador aéreo não lhe designar gratuitamente acompanhante, terá direito ao abatimento de pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor do bilhete aéreo adquirido para o acompanhante de sua escolha."

Art. 2º Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei incorrerão nas seguintes penalidades:

I - advertência; e,

II - multa.

§1º A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), considerados o porte do empreendimento e as circunstâncias da infração.

§2º Em caso de reincidência, o valor da penalidade de multa será aplicado em dobro.

§3º Os valores limites de fixação da penalidade de multa serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Everaldo Cabral
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 8 de novembro de 2016.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Everaldo Cabral, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto.

Parecer N° 3134/2016

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 947/2016, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (International Mobile Equipment Identity) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares.

Art. 1º A comercialização no Estado, ou qualquer forma de distribuição, bem como o respectivo uso de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações na *International Mobile Equipment Identity - IMEI* (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), é condicionada à prévia e específica autorização da Polícia Civil, através da Unidade de Fiscalização das Atividades Licenciadas e Ordem Pública - UNIFALOP.

Parágrafo único. Considera-se aparelho eletrônico destinado a promover alterações no IMEI aquele que, mediante recursos de *hardware* e/ou *software*, permita alterar, total ou parcialmente, ou excluir, a identificação originalmente inserida pelo fabricante.

Art. 2º É proibida a comercialização, ou qualquer forma de distribuição, bem como o respectivo uso de programas de computador que permitam alterar, total ou parcialmente, ou excluir o IMEI de equipamentos de telefonia celular ou similares.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei sujeitará o infrator:

I - a apreensão do equipamento ou do estoque disponível, a cargo da Secretaria de Defesa Social;

II - a aplicação pela Secretaria de Defesa Social de multa pecuniária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e,

III - o bloqueio da inscrição da empresa no cadastro de contribuintes do Estado de Pernambuco – CACEPE.

§ 1º A fixação da multa de que trata o inciso II levará em consideração a ocorrência de reincidência na prática da infração.

§ 2º O valor da multa será atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e exigido na forma estabelecida na Lei nº 13.178, de 29 de dezembro de 2006.

§ 3º Na hipótese de aplicação da sanção prevista no inciso III, os sócios, administradores ou representantes legais da empresa ficam impedidos de exercer o mesmo ramo de atividade, ainda que em estabelecimento distinto, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 4º A restrição prevista no inciso III prevalecerá pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de bloqueio da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS.

Art. 4º O registro de boletim de ocorrência, físico ou eletrônico, dos delitos de roubo e furto de telefones celulares, deverá conter a indicação da operadora de telefonia móvel correspondente, o número do telefone com o código de área (DDD) e, sempre que possível, o respectivo número do IMEI.

§ 1º No momento do registro da ocorrência delitiva, a vítima ou seu representante legal autorizará a autoridade policial a requisitar à operadora de telefonia móvel o bloqueio do aparelho.

§ 2º A operadora efetivará o bloqueio a que se refere o §1º em até 12 (doze) horas após a requisição, cumprindo-lhe informar à autoridade policial o dia e a hora de sua efetivação.

Art. 5º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, na forma estabelecida em decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Everaldo Cabral
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 8 de novembro de 2016.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Everaldo Cabral, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto.

Parecer N° 3135/2016

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1042/2016, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Define novos valores de vencimento base para os cargos públicos que indica e altera a Lei Complementar nº 130, de 19 de setembro de 2008, que introduz alterações na Legislação indicada, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidos como valores de vencimento base os constantes dos Anexos I ao XI desta Lei, para os cargos públicos integrantes dos grupos ocupacionais definidos pela Lei nº 11.559, de 10 de junho de 1998, e alterações, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, os valores de vencimento base passarão a vigorar:

I - a partir de 1º de outubro de 2016, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016, exclusivamente para o cargo público de professor com formação em magistério, nas seguintes hipóteses:

a) seus ocupantes sejam integrantes do quadro de pessoal em extinção, conforme definido no Anexo I; ou,

b) seus ocupantes lecionem no Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio e não sejam detentores de habilitação específica, conforme definido no Anexo II.

II - a partir de 1º de outubro de 2016, para os cargos públicos de professor, de analista em gestão educacional, de assistente administrativo educacional, e de auxiliar administrativo Educacional, conforme definido nos Anexos III a IX; e,

III - a partir de 1º de janeiro de 2017, para o cargo público de Professor, conforme definido nos Anexos X e XI.

Art. 2º Excepcionalmente fica assegurada a retroatividade de que trata o inciso I do art. 1º ao professor enquadrado na respectiva Grade Vencimental da carreira na faixa "d", classe "I", da Matriz de Vencimento de Graduação.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 642,03 (seiscentos e quarenta e dois reais e três centavos), a partir de 1º de outubro de 2016, o valor da gratificação de que trata o art. 2º da Lei Complementar nº 268, de 3 de abril de 2014.

Art. 4º O art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 19 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescido do §2º com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único como §1º:

" § 2º Fica assegurado o pagamento da gratificação de que trata o inciso I, quando o afastamento do professor decorrer de licenças para tratamento de saúde ou por motivo de gestação, previstas nos incisos II e IV do art. 109 da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968." (AC)

Art. 5º Observada a legislação previdenciária de regência, as disposições dos arts. 1º ao 3º da presente Lei Complementar poderão vir a ser extensivas aos respectivos proventos de aposentaria e pensões pertinentes.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR COM FORMAÇÃO EM MAGISTÉRIO, INTEGRANTE DE QUADRO DE PESSOAL EM EXTINÇÃO.

(VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016, PORÉM, RETROAGINDO A 1º DE JANEIRO DE 2016).

CARGA HORÁRIA MENSAL	VENCIMENTO BASE R\$
200 horas aula	2.135,60
150 horas aula	1.601,74

ANEXO II

VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DO PROFESSOR NÃO DETENTOR DE HABILITAÇÃO ESPECÍFICA (VÁLIDOS A PARTIR DE 1.º DE OUTUBRO DE 2016, PORÉM, RETROAGINDO A 1.º DE JANEIRO DE 2016).

FAIXA SALARIAL	CARGA HORÁRIA MENSAL	VENCIMENTO BASE R\$
FS - I e FS - II	200 horas aula	2.135,60
	150 horas aula	1.601,74

ANEXO III

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR, COM CARGA HORÁRIA DE 150 HORAS-AULA MENSAIS, VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)

SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 10%)

	I			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	2.237,34	2.282,09	2.327,73	2.374,28
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	1.945,51	1.984,42	2.024,11	2.064,59
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	1.706,59	1.740,72	1.775,54	1.811,05
Graduação em Licenciatura Plena	1.510,26	1.540,46	1.571,27	1.602,70
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	II			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	2.611,71	2.663,95	2.717,23	2.771,57
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.271,05	2.316,48	2.362,80	2.410,06
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	1.992,15	2.032,00	2.072,64	2.114,09
Graduação em Licenciatura Plena	1.762,97	1.798,23	1.834,19	1.870,87
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.048,73	3.109,70	3.171,90	3.235,33
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.651,07	2.704,09	2.758,17	2.813,33
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.325,50	2.372,01	2.419,45	2.467,84
Graduação em Licenciatura Plena	2.057,96	2.099,12	2.141,10	2.183,93
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.558,87	3.630,04	3.702,64	3.776,70
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.094,67	3.156,56	3.219,69	3.284,08
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.714,62	2.768,91	2.824,29	2.880,78
Graduação em Licenciatura Plena	2.402,32	2.450,36	2.499,37	2.549,36
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO IV

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR,
COM CARGA HORÁRIA DE 200 HORAS-AULA MENSIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 10%)			
	I			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	2.983,05	3.042,71	3.103,56	3.165,63
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.593,95	2.645,83	2.698,75	2.752,72
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.275,40	2.320,91	2.367,32	2.414,67
Graduação em Licenciatura Plena	2.013,63	2.053,90	2.094,98	2.136,88
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	II			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.482,20	3.551,84	3.622,88	3.695,33
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.028,00	3.088,56	3.150,33	3.213,33
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.656,14	2.709,26	2.763,45	2.818,71
Graduação em Licenciatura Plena	2.350,56	2.397,58	2.445,53	2.494,44
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	4.064,87	4.146,16	4.229,09	4.313,67
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.534,67	3.605,36	3.677,47	3.751,02
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	3.100,59	3.162,60	3.225,85	3.290,37
Graduação em Licenciatura Plena	2.743,88	2.798,76	2.854,73	2.911,83
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	4.745,04	4.839,94	4.936,74	5.035,47
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	4.126,12	4.208,64	4.292,81	4.378,67
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	3.619,40	3.691,79	3.765,63	3.840,94
Graduação em Licenciatura Plena	3.203,01	3.267,07	3.332,41	3.399,06
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO V

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL,
COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 6%)			
	I			
Doutorado	2.011,95	2.052,19	2.093,23	2.135,10
Mestrado	1.622,54	1.654,99	1.688,09	1.721,85
Especialização	1.398,74	1.426,72	1.455,25	1.484,36
Graduação	1.295,13	1.321,03	1.347,45	1.374,40
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	II			
Doutorado	2.263,20	2.308,47	2.354,64	2.401,73
Mestrado	1.825,16	1.861,67	1.898,90	1.936,88
Especialização	1.573,42	1.604,89	1.636,98	1.669,72
Graduação	1.456,87	1.486,00	1.515,72	1.546,04
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Doutorado	2.545,83	2.596,75	2.648,68	2.701,66
Mestrado	2.053,09	2.094,15	2.136,04	2.178,76
Especialização	1.769,91	1.805,30	1.841,41	1.878,24
Graduação	1.638,80	1.671,58	1.705,01	1.739,11
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Doutorado	2.863,76	2.921,03	2.979,45	3.039,04
Mestrado	2.309,48	2.355,67	2.402,78	2.450,84
Especialização	1.990,93	2.030,75	2.071,37	2.112,79
Graduação	1.843,46	1.880,33	1.917,93	1.956,29
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO VI

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,
COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 4%)			
	I			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	1.246,93	1.271,86	1.297,30	1.323,25
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.005,59	1.025,70	1.046,21	1.067,14
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	866,88	884,22	901,91	919,94
Ensino Médio Completo	802,67	818,72	835,10	851,80
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	II			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	1.376,18	1.403,70	1.431,78	1.460,41
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.109,82	1.132,02	1.154,66	1.177,75
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	956,74	975,88	995,39	1.015,30
Ensino Médio Completo	885,87	903,59	921,66	940,09
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	1.518,83	1.549,20	1.580,19	1.611,79
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.224,86	1.249,36	1.274,35	1.299,83
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.055,91	1.077,03	1.098,57	1.120,54
Ensino Médio Completo	977,70	997,25	1.017,20	1.037,54
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	1.676,26	1.709,79	1.743,98	1.778,86
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.351,83	1.378,86	1.406,44	1.434,57
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.165,37	1.188,67	1.212,45	1.236,70
Ensino Médio Completo	1.079,04	1.100,62	1.122,64	1.145,09
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO VII

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,
COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 4%)			
	I			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	1.222,97	1.247,43	1.272,38	1.297,83
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	986,27	1.005,99	1.026,11	1.046,64
Ensino Fundamental Completo	850,23	867,24	884,58	902,27
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	787,25	803,00	819,06	835,44

FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	II			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	1.349,74	1.376,74	1.404,27	1.432,36
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.088,50	1.110,27	1.132,48	1.155,13
Ensino Fundamental Completo	938,36	957,13	976,27	995,80
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	868,85	886,23	903,96	922,04
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	1.489,65	1.519,44	1.549,83	1.580,83
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.201,33	1.225,36	1.249,87	1.274,86
Ensino Fundamental Completo	1.035,63	1.056,34	1.077,47	1.099,02
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	958,92	978,10	997,66	1.017,61
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	1.644,06	1.676,94	1.710,48	1.744,69
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.325,86	1.352,37	1.379,42	1.407,01
Ensino Fundamental Completo	1.142,98	1.165,84	1.189,16	1.212,94
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	1.058,31	1.079,48	1.101,07	1.123,09
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO VIII

**GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,
COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016. (EM R\$)**

MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)		SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 4%)		
	I			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	2.123,44	2.165,91	2.209,23	2.253,41
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.712,45	1.746,70	1.781,64	1.817,27
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.476,25	1.505,78	1.535,89	1.566,61
Ensino Médio Completo	1.366,90	1.394,24	1.422,12	1.450,57
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	II			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	2.343,55	2.390,42	2.438,23	2.486,99
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.889,96	1.927,76	1.966,31	2.005,64
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.629,27	1.661,86	1.695,10	1.729,00
Ensino Médio Completo	1.508,59	1.538,76	1.569,53	1.600,93
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	2.586,47	2.638,20	2.690,97	2.744,79
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	2.085,86	2.127,58	2.170,13	2.213,54
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.798,16	1.834,12	1.870,80	1.908,22
Ensino Médio Completo	1.664,96	1.698,26	1.732,23	1.766,87
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 300h	2.854,58	2.911,67	2.969,90	3.029,30
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	2.302,08	2.348,12	2.395,08	2.442,98
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.984,55	2.024,24	2.064,73	2.106,02
Ensino Médio Completo	1.837,55	1.874,30	1.911,78	1.950,02
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO IX

**GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,
COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 2016.**

(EM R\$)		SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 4%)		
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	I			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	1.899,12	1.937,11	1.975,85	2.015,36
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.531,55	1.562,18	1.593,43	1.625,29
Ensino Fundamental Completo	1.320,30	1.346,71	1.373,64	1.401,12
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	1.222,50	1.246,95	1.271,89	1.297,33
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	II			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	2.095,98	2.137,90	2.180,66	2.224,27
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.690,31	1.724,11	1.758,59	1.793,77
Ensino Fundamental Completo	1.457,16	1.486,30	1.516,03	1.546,35
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	1.349,22	1.376,21	1.403,73	1.431,81
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	2.313,24	2.359,51	2.406,70	2.454,83
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	1.865,52	1.902,83	1.940,88	1.979,70
Ensino Fundamental Completo	1.608,20	1.640,37	1.673,18	1.706,64
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	1.489,08	1.518,86	1.549,24	1.580,22
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas	2.553,02	2.604,08	2.656,17	2.709,29
Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas	2.058,89	2.100,07	2.142,07	2.184,91
Ensino Fundamental Completo	1.774,90	1.810,40	1.846,61	1.883,54
Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	1.643,43	1.676,30	1.709,82	1.744,02
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO X

**GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR,
COM CARGA HORÁRIA DE 150 HORAS-AULA MENSALIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017.**

(EM R\$)		SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 10%)		
MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	I			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	2.372,87	2.420,32	2.468,73	2.518,11
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.063,36	2.104,63	2.146,72	2.189,66
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	1.809,97	1.846,17	1.883,09	1.920,75
Graduação em Licenciatura Plena	1.601,74	1.633,78	1.666,45	1.699,78
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	II			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	2.769,92	2.825,31	2.881,82	2.939,46
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.408,62	2.456,80	2.505,93	2.556,05
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.112,83	2.155,08	2.198,19	2.242,15
Graduação em Licenciatura Plena	1.869,76	1.907,15	1.945,30	1.984,20
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.233,40	3.298,07	3.364,03	3.431,31
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.811,66	2.867,89	2.925,25	2.983,75
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.466,36	2.515,69	2.566,01	2.617,33
Graduação em Licenciatura Plena	2.182,62	2.226,28	2.270,80	2.316,22
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			

Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.774,44	3.849,93	3.926,93	4.005,47
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.282,13	3.347,77	3.414,72	3.483,02
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.879,06	2.936,64	2.995,37	3.055,28
Graduação em Licenciatura Plena	2.547,84	2.598,80	2.650,77	2.703,79
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

ANEXO XI

**GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR,
COM CARGA HORÁRIA DE 200 HORAS-AULA MENSIS,
VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017.**

(EM R\$)

MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)

SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 10%)

	I			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.163,74	3.227,02	3.291,56	3.357,39
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	2.751,08	2.806,10	2.862,23	2.919,47
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.413,23	2.461,49	2.510,72	2.560,94
Graduação em Licenciatura Plena	2.135,60	2.178,31	2.221,88	2.266,32
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 13%, 14% e 15%)	II			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	3.693,13	3.766,99	3.842,33	3.919,18
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.211,42	3.275,65	3.341,16	3.407,98
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	2.817,03	2.873,37	2.930,84	2.989,46
Graduação em Licenciatura Plena	2.492,95	2.542,81	2.593,66	2.645,54
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	III			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	4.311,10	4.397,32	4.485,27	4.574,97
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	3.748,78	3.823,76	3.900,23	3.978,24
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	3.288,40	3.354,17	3.421,25	3.489,68
Graduação em Licenciatura Plena	2.910,09	2.968,29	3.027,66	3.088,21
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d
MATRIZES (com intervalos de 8%, 16% e 24%)	IV			
Graduação em Licenciatura Plena e Doutorado	5.032,47	5.133,12	5.235,78	5.340,49
Graduação em Licenciatura Plena e Mestrado	4.376,06	4.463,58	4.552,85	4.643,91
Graduação em Licenciatura Plena e Especialização	3.838,65	3.915,42	3.993,73	4.073,60
Graduação em Licenciatura Plena	3.397,03	3.464,97	3.534,27	3.604,96
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%)	a	b	c	d

Everaldo Cabral
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 8 de novembro de 2016.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Everaldo Cabral, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto.

Emenda

Emenda Nº 124/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Art. 1º Modifica-se a Programação Anual de Trabalho do Poder Legislativo contida no Projeto de Lei nº 1.003/2016, efetuando-se anulações nas dotações discriminadas a seguir, nos seguintes montantes:

Unidade Orçamentária Deduzida: 00001 - Assembleia Legislativa - Administração Direta
Ação Deduzida: 0673 - Assessoramento às Atividades Legislativas
Valor Deduzido: R\$ 5.350.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00

Ação Deduzida: 0668 - Concessão de Auxílio Alimentação a Servidores da Assembleia Legislativa
Valor Deduzido: R\$ 11.000.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00

Ação Deduzida: 2521 - Pagamento de Verba Indenizatória aos Servidores da Assembleia Legislativa
Valor Deduzido: R\$ 3.420.832,84
Natureza da despesa: 33.90.00

Total deduzido: R\$ 19.770.832,84

Art. 2º O montante disponibilizado pelas anulações orçamentárias discriminadas no art. 1º será acrescentado à seguinte dotação da Programação Anual de Trabalho do Poder Legislativo contida no Projeto de Lei nº 1.003/2016:

Unidade Orçamentária Acrescida: 00001 - Assembleia Legislativa - Administração Direta

Ação Acrescida: 4353 - Suporte às Atividades Fins da Assembleia Legislativa
Valor Acrescido: R\$ 19.770.832,84
Natureza da despesa: 31.90.00

Total acrescido: R\$ 19.770.832,84

Justificativa

A presente Emenda se insere no contexto de readequação da proposta orçamentária formulada pelo Poder Legislativo estadual, e que fora conduzida a partir de negociações travadas com a Mesa Diretora desta Casa.

Sua justificativa repousa na prerrogativa conferida a este Poder de elaborar e rever sua própria proposta orçamentária, cujo exercício materializa a autonomia decorrente do princípio da separação dos Poderes.

É importante mencionar que esta iniciativa está em perfeita compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, bem como indica os recursos necessários, nos moldes preconizados pelo artigo 127, § 3º, da Constituição Estadual.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Deputado Guilherme Uchôa
Presidente

Deputado Augusto César
1º Vice-Presidente

Deputado Diogo Moraes
1º Secretário

Deputado Vinicius Labanca
2º Secretário

Deputado Eriberto Medeiros
4º Secretário

Deputado André Ferreira
1º Suplente

À 2ª Comissão.

Emendas ao Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Emenda Nº 30/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

A presente Emenda no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para ser aplicado na aquisição de uma Ambulância para o município de Olinda. A aquisição da ambulância será destinada ao transporte de pacientes internados nas unidades de saúde da rede municipal, atuando, também no traslado de doentes que necessitam ser removidos para outros hospitais ou para realizar exames clínicos fora de suas unidades. Sendo mais um passo na área de saúde, melhorando significativamente a segurança da transferência desses pacientes. A ambulância servirá, também, no apoio, na complementação e no reforço dos serviços médicos prestados nas unidades hospitalares do município.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município (40)

Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta

Ação: 4553 - Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde

Grupo(s) de Despesa: 44 - 80.000,00

Localização beneficiada: Olinda

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 80.000,00

Sala das Reuniões, em 18 de outubro de 2016.

João Eudes
Deputado

À 2ª Comissão.

REPUBLICADA

Emenda Nº 115/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, para que seja destinado ao Município de Recife, a fim de executar ações de infraestrutura, (pavimentação e drenagem) da Rua Embaixador Assis Chateaubriand, localizada na Vila Aritana no bairro da Guabiraba, (complemento da pavimentação da Estrada dos Macacos).

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 400.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 400.000,00

Sala das Reuniões, em 3 de novembro de 2016.

Francismar Pontes
Deputado

À 2ª Comissão.

REPUBLICADA

Emenda Nº 125/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, para que seja destinado a Prefeitura do Município de Itapissuma -PE, objetivando a Reforma da Unidade Mista do Município.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 200.000,00

Localização beneficiada: Itapissuma

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 200.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 126/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, para que seja destinado a Prefeitura do Município de Nazaré da Mata -PE, objetivando a realização da recuperação e outras melhorias no estádio de futebol, daquela localidade.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 200.000,00

Localização beneficiada: Nazaré da Mata

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 200.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 127/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, para que seja destinado ao Município de Timbaúba, para as realizações de obras de infraestrutura (realização de calçamento em ruas e avenidas da cidade), visando à melhoria da mobilidade e do visual da localidade, proporcionando a população em geral uma melhor qualidade de vida.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 200.000,00

Localização beneficiada: Timbaúba

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 200.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 128/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, para que seja destinado ao Município de Tabira, objetivando perfuração e instalação de poços artesanais, afim de dar acesso à água para famílias.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 200.000,00

Localização beneficiada: Tabira

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 200.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 129/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Reforçar a ação de custeio da Associação dos Criadores de Cavalos Mangalarga Machador de Pernambuco, com sede na Avenida Caxangá, nº 2200, Cordeiro, Recife-PE, CEP: 50.711-000, (CNPJ: 24.162.869/0001-09), cuja finalidade é a capacitação de jovens e adultos objetivando seu ingresso no mercado de trabalho.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 3482 - Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho

Grupo(s) de Despesa: 33 - 70.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 70.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 130/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

“Reforçar, com a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a dotação orçamentária da Secretaria de Educação, na Ação: Ampliação do Suporte à Atividade Educacional, para apoio às atividades da Associação Beneficente Criança Cidadão (ABCC), inscrita sob o CNPJ: 05.994.449/0001-36”.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 4072 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 131/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Associação Comunidade Obra de Maria, no Recife, inscrita no CNPJ nº 00.303.435/0001-05, com a finalidade de ampliar e melhorar os espaços físicos da entidade, onde está desenvolvendo aulas da educação dos jovens e adultos.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 3314 - Expansão e Melhoria da Rede Escolar

Grupo(s) de Despesa: 44 - 10.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 132/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Fundação Altino Ventura, em Recife, CNPJ 10.667.814/0001-38, com a finalidade de apoiar e garantir os trabalhos sociais e assistenciais, na melhoria de atenção básica.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta

Ação: 4217 - Melhoria da Atenção Básica

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 133/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Federação Pernambucana de Taekwondo Interestilo (CNPJ nº 03.160.695/0001-67), cuja finalidade é a capacitação de jovens.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 3482 - Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho

Grupo(s) de Despesa: 33 - 20.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 20.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 134/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Associação da Imprensa de Pernambuco - AIP, CNPJ 10.790.129/0001-02, objetivando atividade educacional para a educação profissional.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 2309 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional para a Educação Profissional

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Sala das Reuniões, em 26 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 135/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Universidade de Pernambuco – UPE, objetivando a “Elaboração do Projeto de Requalificação do Campus Santo Amaro da UPE – projeto Executivo de Arquitetura e Urbanismo – Master Plan”, tendo como destinatário o Complexo Hospitalar/UPE.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Aplicação Direta pelo Estado (90)

Unidade Orçamentária: 406 - Universidade de Pernambuco - UPE

Ação: 73 - Construção e Ampliação de Unidades de Ensino

Grupo(s) de Despesa: 44 - 10.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 10.000,00

Sala das Reuniões, em 27 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 136/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para a Casa da Criança Marcelo Asfora, CNPJ nº 35.617.646/0001-05, com a finalidade da capacitação de jovens na Perspectiva da Cidadania.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Educação

Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)

Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria de Educação - Administração Direta

Ação: 3482 - Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho

Grupo(s) de Despesa: 33 - 40.000,00

Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 40.000,00

Sala das Reuniões, em 27 de outubro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 137/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, para que seja destinado a Prefeitura do Município de Vicência-PE, objetivando a Reforma da Unidade Mista do Município.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - FEM

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 216 - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação: 4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

Grupo(s) de Despesa: 44 - 200.000,00

Localização beneficiada: Vicência

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 200.000,00

Sala das Reuniões, em 3 de novembro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 138/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Encaminhamos recursos para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, para que seja destinado recursos, objetivando perfuração e instalação de poços artesianos, a fim de dar acesso à água para famílias no Estado de Pernambuco.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Infraestrutura Rural

Modalidade de Aplicação: Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)

Unidade Orçamentária: 501 - Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA

Ação: 4074 - Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural

Grupo(s) de Despesa: 44 - 250.000,00

Localização beneficiada: (Todo o Estado - Não Regionalizada)

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Grupo(s) de Despesa: 33 - 250.000,00

Sala das Reuniões, em 7 de novembro de 2016.

Antônio Moraes
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda N° 139/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

Nos últimos cinco anos, o povo pernambucano enfrentou a maior seca da história. Cerca de 70% dos municípios decretaram estado de emergência no período. Para 2017, as previsões são de retorno das chuvas. Porém, o prognóstico positivo nos impõe a responsabilidade de intensificar o planejamento integrado, que deve conjugar projetos estruturadores de reforço ao abastecimento à ações descentralizadas, especialmente em áreas rurais mais afastadas. Com esse objetivo, destinamos emenda parlamentar para ampliar a infraestrutura hídrica rural com a possibilidade de alocação dos recursos em todo o Estado.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Infraestrutura Rural
Modalidade de Aplicação: Aplicação Direta pelo Estado (90)
Unidade Orçamentária: 501 - Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA
Ação: 4074 - Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural
Grupo(s) de Despesa: 44 - 300.000,00
Localização beneficiada: (Todo o Estado - Não Regionalizada)

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta
Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares
Grupo(s) de Despesa: 33 - 300.000,00

Sala das Reuniões, em 7 de novembro de 2016.

Lucas Ramos
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 140/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

A presente Emenda no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destina-se para reforçar as ações filantrópicas da FUNDAÇÃO ALTINO VENTURA (CNPJ: 10.667.814/0001-38), para atuar no município de PETROLINA na prestação de serviços médicos oftalmológicos gratuitos, tais como: consultas, exames de diagnósticos e cirurgias, transplantes de córnea, dentre outros. Enfim, levando inúmeros projetos que, de forma marcante, minimizam a problemática da cegueira e de múltiplas deficiências nas crianças, adultos e idosos pernambucanos, inclusive no atendimento de crianças portadoras da SÍNDROME DO ZIKA VIRUS. Através do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE, na AÇÃO 4611 - Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde
Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)
Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta
Ação: 4611 - Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar
Grupo(s) de Despesa: 33 - 100.000,00
Localização beneficiada: Petrolina

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta
Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares
Grupo(s) de Despesa: 33 - 100.000,00

Sala das Reuniões, em 31 de outubro de 2016.

Miguel Coelho
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 141/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

A presente Emenda no valor de R\$ 1.330.000,00 (hum milhão, trezentos e trinta mil reais), destina-se para reforçar a AÇÃO 4553 - Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde, através do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE, no município de PETROLINA, visando melhor atender a população.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde
Modalidade de Aplicação: Transferência a Município (40)
Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta
Ação: 4553 - Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde
Grupo(s) de Despesa: 44 - 1.330.000,00
Localização beneficiada: Petrolina

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta
Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares
Grupo(s) de Despesa: 33 - 1.330.000,00

Sala das Reuniões, em 31 de outubro de 2016.

Miguel Coelho
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 142/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

A presente emenda é destinada ao município do Recife, para melhoria da qualidade de assistência de saúde prestada a população, na ampliação e equipagem da unidade, atendendo a grande demanda de pacientes que utilizam os serviços oferecidos pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife, inscrito no CNPJ sob o número 10.869.782/0001-53.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde
Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)
Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta
Ação: 4553 - Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde
Grupo(s) de Despesa: 44 - 40.000,00
Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta
Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares
Grupo(s) de Despesa: 33 - 40.000,00

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Dr. Valdi
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 143/2016

Ementa: Altera o Projeto de Lei nº 1003/2016 - LOA 2017

Justificativa

A presente emenda é destinada ao município do Recife, para melhoria dos trabalhos de assistência de sociais prestada a população, na ampliação e equipagem da unidade, atendendo a grande demanda de pacientes que utilizam os serviços oferecidos pela FUNDAÇÃO ALTINO VENTURA, inscrito no CNPJ sob o número 10.667.814/0001-38.

Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas

Área Temática: Reserva Parlamentar - Saúde
Modalidade de Aplicação: Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)
Unidade Orçamentária: 208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta
Ação: 4553 - Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde
Grupo(s) de Despesa: 44 - 30.000,00
Localização beneficiada: Recife

Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas

Unidade Orçamentária: 118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta
Ação: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares
Grupo(s) de Despesa: 33 - 30.000,00

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Dr. Valdi
Deputado

À 2ª Comissão.

Indicações

Indicação Nº 5498/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, **Isaltino Nascimento Filho**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade: Acolhimento Protetivo de Crianças e Adolescentes, o município de **Afrânio/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Maria Lucia Mariano de Miranda, Prefeita do município de Afrânio; Jose Coelho da Luz, Vice-Prefeito de município de Afrânio; Paulo Assis Macedo Coelho, Weidson Cavalcanti Dias, Simão Cirineu Ramos de Brito, Marlene de Souza Cavalcanti, Leila Cristina Rodrigues Gomes, Josival Justino da Silva, Genilson Barbosa Rodrigues, João Batista de Brito Filho, Raimundo Ferreira Cavalcanti Junior, Jesus de Souza Rodrigues, Vereadores do município de Afrânio/PE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afrânio, Presidência; Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio,, Presidência.

Justificativa

A proposição que encaminhamos a Mesa Diretora desta Casa, tem como objetivo oferecer proteção a crianças e adolescentes no referido município, através da garantia do seu direito a uma convivência familiar.

A referida ação só poderá ser materializada com políticas públicas mais consistentes, como forma de impedir o município da vulnerabilidade em que hoje se encontram seus futuros cidadãos.

Por assim ser, é que tomamos a iniciativa de nos dirigir as autoridades governamentais, para incluir o referido município nas metas da atividade acima citada.

Dessa forma, centenas de crianças e adolescentes que fazem parte da população do município, estarão sendo beneficiadas e tiradas das ruas para o seio de suas famílias, garantindo-lhes assim um futuro melhor.

Ante o exposto é que nos dirigimos aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, que dispensem a esta proposição a melhor das acolhidas visando sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 5499/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, **Frederico da Costa Amâncio**, no sentido de incluir nas metas do projeto: Expansão da Oferta de Bibliotecas Públicas, o município de **Vertente do Lério/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Daniel Pereira Almeida, Prefeito de Vertente do Lério; Dr. João Batista de Sales Filho, Vice - Prefeito de Vertente do Lério; Saulo Barbosa, Elionaldo Barbosa Luiz, Edson Farias de Vasconcelos Severina França de Sales Silva Fábio da Silva França Lucas Wellington Pereira Barbosa das Chagas Maria do Socorro da Silva Barbosa Ivanildo Barbosa Rodrigues David Pereira de Almeida,, Vereadores da Câmara Municipal de Vertente do Lério.

Justificativa

A proposição em pauta visa promover a implantação de uma biblioteca pública no município acima referido, o que será de grande valia para sua comunidade. Isto por que a expansão da oferta, a informação e a cultura virão gerar novos conhecimentos a população escolarizável e ao restante dos seus moradores.

Isto ocorrendo, trará melhoria no suporte bibliográfico da comunidade em geral, é uma ação há muito esperada por todos aqueles que veem na implantação da referida biblioteca, também uma iniciação cultural, o que ainda não possui e sonham em possuir.

Por assim ser, é que tomamos a iniciativa de nos dirigir as autoridades governamentais, especificamente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, no sentido do atendimento desta indicação, cujo teor oferecerá ao município a oportunidade de não continuar na marginalidade em termos culturais.

Dando como justificada a nossa propositura, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares que conosco tem assento na Casa Joaquim Nabuco que se dignem a conceder-lhe a melhor das colhidas objetivando a sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 5500/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, para encaminhar apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil, **Antônio Carlos Figueira**, no sentido de incluir o município de **Ferreiros/PE** nas metas da Atividade: Assistência Financeira a Projetos multissetoriais de municípios e entidades, no que tange as ações de recapeamento de ruas e construção de praças. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Gileno Campos Gouveia Filho, Prefeito do Município de Ferreiros; Antônio José de Andrade, Vice-Prefeito do Município de Ferreiros; José Davi Veloso Silva, Alberis de Fatima Silva, Gilcelio Oliveira Pontes, Jose Roberto De Oliveira, Luiz Francisco de Vasconcelos Junior, Marcos Jacinto Maciel, Salatiel Paz De Freitas Domingos, Severino Rodrigues Da Silva, Tarcísio Saraiva Borba de Menezes,, Vereadores da Câmara Municipal de Ferreiros; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros, Presidência; Professor Gilson Barbosa de Moura, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Emiliano Pereira Borges.

Justificativa

A proposição que ora encaminhamos a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tem como objetivo incluir na atividade acima indicada o município citado.

O atendimento da mesma será de extrema importância para a população que necessita de ruas com melhores pavimentações, o que impede uma melhoria na circulação urbana.

No tocante a construção de praças, outra aspiração da população urbana a fim de proporcionar locais que além de ponto de encontro, vem também colaborar com práticas esportivas e atividades culturais na localidade.

Assim sendo resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que acolham a proposição em tela, no intuito de sua aprovação no plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5501/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **Dr. Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador de Pernambuco, **Raul Henry** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, **José Iran Costa Júnior**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade: Melhoria da Atenção Básica a Saúde, para o exercício 2016 o município de **Capoeiras/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Lucineide Almeida da Silva, Prefeita do Município de Capoeiras; Júlio Valença da Costa, Vice-Prefeito do Município de Capoeiras; Antônio Ferreira de Melo, Afreu Antônio da Silva, Ailton Lino de Araújo, Antônio Alberto Da Silva, Carlos Junior Rodrigues, Edson de Almeida Costa, Erico Barbosa Calado, Geraldo Soares De Barros, José Nielson dos Santos, Romero Reino Barros, Romero Reino Barros, Vereadores da Câmara Municipal de Capoeiras; Professora Rosana das Neves Souto Albuquerque, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Nossa Senhora do Perpetuo Socorro.

Justificativa

A propositura em tela teve como origem uma vez que, a atenção básica a população dos segmentos mais carentes necessita urgentemente de uma melhor qualificação.

Isto porque, seus componentes vêm sofrendo bastante, quando acometidos por problemas de saúde, pois mesmo que não sejam graves no momento, dependendo do atendimento que lhes são dispensados, o qual na maioria das vezes são apenas um paliativo.

Dessa forma, os citados problemas podem se configurar como dos mais graves no futuro, por não terem sido corretamente tratados no início.

Torna-se necessário, portanto que o município, venha a ser incluído com urgência, nas metas da atividade acima referida, haja vista que ela objetiva de forma planejada, levar a estes grupos populacionais ações específicas destinadas à recuperação de pacientes aliadas também à prevenção e a uma assistência médica realmente adequada.

Ante um problema de tamanha envergadura, acreditamos que a sensibilidade que caracteriza as autoridades da área de saúde concorrerá decisivamente, para o pronto atendimento desta proposição tendo em vista o seu elevado alcance social.

Ante o exposto, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares que comigo têm assento na Casa Joaquim Nabuco, para que dispensem a esta propositura a necessária acolhida no intuito de sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5502/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador de Pernambuco, **Raul Henry** e ao Secretário de Saúde, **José Iran Costa Júnior**, no sentido de incluir nas metas da Atividade: Atenção Integral a Saúde Bucal, o município de **Cortês/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) José Genivaldo dos Santos, Prefeito do Município de Cortes; José Cicero Lima da Silva, Vice-Prefeito do Município de Cortes; Valdomiro Tenório da Silva Filho, Ademir Alves da Silva, Celso Cleiton Santos da Silva, Ivo Severino da Silva, Jafé Lopes Ferreira, Jurandir Figueredo de Carvalho, Robecino José do Nascimento, Walter de Lira Silva Júnior, Maria de Fátima Cysneiros Sampaio Borba, Vereadores da Câmara Municipal de Cortês; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cortês, Presidência; Rádio Comunitária São Francisco FM, Direção.

Justificativa

A indicação que estamos encaminhando a mesa Diretora desta Casa legislativa tem como objetivo implementar a atividade acima referida visando ações de saúde bucal mais qualificadas para a população menos favorecida.

A referida qualificação só se tornará possível com a modernização dos serviços de alta complexidade nas ações mais especializadas. O que incluirá, também, além dos meios necessários para tal, a reciclagem dos profissionais de saúde que atuam no citado município.

Ante as considerações acima, é que vimos nos dirigir as autoridades da Secretaria de Saúde, no intuito de tornar realidade o que ora estamos pleiteando através desta indicação.

Resta-nos tão somente, solicitar dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa que dispensem a esta propositura a melhor das acolhidas possibilitando sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5503/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um APELO ao Ilmo. Sr. Diretor Regional dos Correios de Pernambuco, Dr. Pedro Luiz Mota Soares, no sentido de expandir o atendimento das entregas de correspondências no Bairro do Campo do Avião no Município do Ipojuca/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilmo. Sr. Diretor Regional dos Correios de Pernambuco - Dr. Pedro Luiz Mota Soares, -; Exmo. Sr. Vereador Paulo Nascimento de Ipojuca,, -.

Justificativa

Os moradores do Bairro do Campo do Avião, no Município do Ipojuca, que conta com cerca de 5.000 habitantes, tem sentido a necessidade das entregas das correspondências em suas casas, uma vez que, os mesmo deve se locomover a uma Agencia dos Correios no centro do Ipojuca para pegar suas correspondências.

É de suma importância as entregas de tais correspondências, pois no bairro conta com um bom número de usuários dos serviços oferecidos pelos Correios.

Julgamos essencial e imprescindível esta medida, a qual vem proporcionar uma melhoria da prestação de serviços desta conceituada instituição. Consideramos, pois, muito justo o objeto desta Indicação, esperamos e confiamos de que será atendido no menor espaço de tempo possível.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Indicação N° 5504/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, , que seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador de Pernambuco, Raul Henry e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, no sentido de intensificar a Política Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas no município de Escada.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, tem como objetivo intensificar na citada cidade as metas da Política Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, quando da elaboração do seu Plano Operativo para

o exercício de 2016. O seu atendimento é de suma importância para diminuir o índice do uso de substâncias nocivas, como o crack e outras drogas os quais vêm subindo a cada ano no referido município. Inserir essa região na atividade acima referida vem a ser a forma mais viável para garantir a centenas de pessoas que ingressaram num vício difícil do qual é bastante difícil se livrarem, um atendimento especializado, oferecendo-lhes a esperança de uma futura recuperação. Dessa forma, com o relativo sucesso que a citada atividade vem alcançando na sua operacionalização o atendimento a esta indicação, no que acreditamos piamente virá revestido de imensurável relevância para as citadas pessoas e para a localidade que terá a oportunidade de reverter gradualmente o atual quadro do uso de substancias química já citada nesta proposição. Ante o exposto é que tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, que certamente vai considerar como dos mais viáveis o nosso pleito, haja vista, a sensibilidade que o caracteriza, e pelo alcance social do qual se reveste. Por assim ser, resta-nos solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que dispensem a proposição em pauta a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2016.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5505/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Isaltino Nascimento, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Pedro Eurico, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, no sentido de viabilizar que seja realizado no bairro de Peixinhos na cidade de Olinda um Mutirão da Cidadania.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Isaltino Nascimento, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco; Pedro Eurico, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco.

Justificativa

Os programas realizados pelas Secretárias de Defesa Social, de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e da Justiça e Direitos Humanos buscam a garantia dos direitos do cidadão, direitos estes previstos em nossa Constituição. É o resgate da cidadania de uma parte da população mais carente. Esses programas resgatam o sentido da cidadania para aqueles mais vulneráveis, oferecendo serviços gratuitos que promovam cidadania e inclusão social da população. O Mutirão oferece serviços como confecção de documentos, serviços judiciários, recreação cultural e esportiva, exames e orientações nas áreas de saúde, entre outros. Resgatar o conceito de cidadania é um desafio e, por isso mesmo, o principal objetivo do programa Mutirão da Cidadania, por toda a importância que tem o citado programa, peço a aprovação dos meus ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 1 de agosto de 2016.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5506/2016

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social em Pernambuco; ao Exmo. Sr. Isaltino Nascimento, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude em Pernambuco; ao Exmo. Sr. Pedro Eurico, Secretário de Justiça e Direitos Humanos em Pernambuco, no sentido de que seja realizado um Mutirão da Cidadania no bairro de Brasília Teimosa na cidade do Recife.

Justificativa

Os programas realizados pelas Secretárias de Defesa Social, de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e da Justiça e Direitos Humanos buscam a garantia dos direitos do cidadão, direitos estes previstos em nossa Constituição. É o resgate da cidadania de uma parte da população mais carente. Esses programas resgatam o sentido da cidadania para aqueles mais vulneráveis, oferecendo serviços gratuitos que promovam cidadania e inclusão social da população. O Mutirão oferece serviços como confecção de documentos, serviços judiciários, recreação cultural e esportiva, exames e orientações nas áreas de saúde, entre outros. Resgatar o conceito de cidadania é um desafio e, por isso mesmo, o principal objetivo do programa Mutirão da Cidadania, por toda a importância que tem o citado programa , peço a aprovação dos meus ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2016.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 2548/2016

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 15 de dezembro de 2016, em homenagem aos 20 anos do Grupo Gênese de Ensino (Colégio GGE).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Marcus Marcelo Santos de Melo, Diretor; Jorge Willian de Freitas Lindo, Diretor; Herbetes de Hollanda Cordeiro Júnior, Diretor; José Folhadela dos Santos Neto, Diretor.

Justificativa

Fundado em 1996, inicialmente com o propósito de preparar alunos para ingresso no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no Instituto Militar de Engenharia (IME) e nas demais academias militares, o Grupo Gênese de Ensino (Colégio GGE) completou, em agosto deste ano, 20 anos de fundação.

Ao longo desses anos, o Colégio GGE, por meio da implantação de políticas educacionais adaptadas à contemporaneidade, ampliou sua área de atuação, oferecendo desde a educação infantil até o ensino médio, além de continuar na preparação para os vestibulares mais difíceis e concorridos do país.

Contando atualmente com 04 (quatro) unidades (Boa Viagem, Paissandu, Benfica e Aldeia), o Colégio GGE, com o seu alto padrão de ensino, muito vem contribuindo para a educação e o incentivo à ciência desde a mais tenra idade dos pernambucanos. Isso facilmente é constatado com os resultados obtidos pelos alunos nos maiores campeonatos de conhecimento, notadamente nas áreas de física, química, matemática e biologia, sem falar nas medalhas de ouro, prata e bronze e menções honrosas conquistadas nas olimpíadas mundiais dessas ciências.

Além disso, cumpre mencionar que o Colégio GGE, desde a sua fundação, foi a instituição educacional que mais obteve aprovações nos vestibulares do ITA e IME no âmbito do estado de Pernambuco, bem como sempre é destaque nas avaliações anuais do ENEM e no número de alunos que ingressam nas melhores universidades do país.

Desse modo, com o intuito de registrar a passagem dos 20 anos de fundação do colégio GGE e por esse educandário contribuir de maneira decisiva para a formação de cidadãos com potencialidades capazes de fomentar o desenvolvimento de nossa sociedade e do nosso estado, justificamos o atendimento dessa proposição na certeza de seu acolhimento pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 7 de novembro de 2016.

Eduíno Brito
Deputado

Requerimento N° 2549/2016

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa no dia de hoje, um **Voto de Congratulações**, pelo transcurso do **Dia do Grito**, comemorado anualmente no dia 10 de novembro, no município de Olinda.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-governador do Estado de Pernambuco; Marcelino Granja, Secretário de Cultura de Pernambuco; Renildo Calheiros, Prefeito de Olinda; Enildo Arantes de Souza, Vice-Prefeito de Olinda; Marcelo de Santana Soares, Mônica Maria da Silva Mendes Ribeiro, Júnior Alves, Jesuino Gomes de Araújo Neto, Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca, Ivanildo Francisco Guabiraba, Joab Teodoro do Nascimento, Izael Djalma do Nascimento, Jonas de Moura Ribeiro Junior, José Fernando da Silva Vieira, Jorge Salustiano de Sousa Moura, Ricardo Sergio Contente Pimentel, Arlindo Nemesio de Siqueira Cavalcanti Neto, Algerio Antonio da Silva, Marcelo Santa Cruz de Oliveira, Márcio Cordeiro da Silva, Severino Barbosa de Souza, Vereadores do município de Olinda; Francisco Soares, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Olinda; Odin Felipe Pereira das Neves Silva, Presidente Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil - OLinda/PE; Fabian Araujo de Melo, Artista; Maria Martins, Artista; Durval Rosa, Artista; Isis Freitas, Artista; Banda na Sede do Grupo Carnavalesco Patusco, Integrantes e Diretoria; Arnaldo do Coco, Artista; Maracatu Nação Pernambuco, Artista; Marim dos Caetés, Artista; Família Salustiano e Rabeca Encantada, Diretoria; Belas Marias, Aristas; Grupo Bongar, Diretoria; Adelmo dos Passos, Artista; Luciano Padilha, Cantor; Maestro Duda e sua Orquestra, Diretoria; TCM Confraria dos Amigos, Diretoria; Maracatu Carnavalesco Leão Coroado, Diretoria; TCM Tarados da Sé, Diretoria; Banda Dessinée, Diretoria; Ferrugem, Artista; Romero Pernambucano, Artista; Banda Som Brasileiro, Diretoria; Aderval Barros, Diretor Geral da Rádio Olinda/PE; Alceu Valença, CAntor; Novinho da Paraíba, Cantor; Jorge de Altinho, Cantor; Cristina Amaral, Cantora; Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco, Presidência; Associação das Orquestras de Frevo de Olinda, Diretoria; Ana Miranda, Diretora da Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges; Claudionor Germano, Cantor; Almir Rouche, Cantor; Paço do Frevo., Gestor; Troça Carnavalesca Ceroula De Olinda, Diretoria; Clube Carnavalesco Mixto Elefante de Olinda, Diretoria; Luiz Adolfo, Presidente do Homem da Meia Noite; Escola de Samba Preto Velho, Diretoria; Troça Carnavalesca Pitombeira dos Quatro Cantos, Diretoria; Acauã Cia de Dança, Diretoria; Seronildo Guerra da Silva, Presidente do Bloco da Liga dos Blocos Líricos de Pernambuco; Silvio Botelho, Artista Plástico; Lucilo Varejão, Secretário de Patrimônio e Cultura de Olinda; Márcio Didier, Jornalista do Blog da Folha de Pernambuco; Roberta Jungman, colunista da Folha de Pernambuco; Magno Martins, Jornalista; Henrique Barbosa, Jornalista; Aldo Vilela, Jornalista; Claudia Elói da Hora, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco; Jamildo Melo, Jornalista; Inaldo Sampaio, Jornalista; Samir Abou Hana, Jornalista e apresentador.

Justificativa
<p>Considerada precursora da Proclamação da República, Olinda, há mais de 300 anos, exatamente no dia 10 de novembro de 1710, deu o primeiro grito em defesa da independência nacional, proferido pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, responsável pelo recrutamento das tropas de terceira linha da cidade. Este fato representa um importante marco para a cidade, o Brasil e as Américas, já que foi realizado antes da Inconfidência Mineira (1789) e até mesmo da Revolução Americana (1776).</p> <p>A data, além de ser feriado na cidade, é festejada com desfile cívico que acontece pelas ruas do Sítio Histórico. Tradicionalmente, os olindenses prestigiam a mobilização cívica de estudantes de escolas das redes municipal, estadual e particular, escolas militares, Exército, Aeronáutica, Marinha, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, SAMU, grupos de escoteiros, entidades sociais, agremiações carnavalescas entre outros.</p> <p>Como Parlamentar, tomamos a iniciativa de solicitar através deste requerimento, um Voto de Congratulações para uma efeméride tão significativa, não apenas para a população olindense, como também para Pernambuco, haja vista o sentido histórico e libertário do qual se revestiu o Primeiro Grito de Republica, que ainda hoje ecoa na Velha Cidade.</p> <p>Esta foi a forma, que encontramos de homenagear um acontecimento tão relevante e de nos incorporar as comemorações que ocorrerão no município de Olinda, Patrimônio Cultural da Humanidade, sempre presente nos corações de todos aqueles que a amam e a admiram. Ante tais considerações, damos como lusificado o nosso requerimento, pelo que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa, que lhes dispensem a necessária acolhida visando sua aprovação em Plenário.</p>

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.
Ricardo Costa Deputado

Requerimento N° 2550/2016

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado **VOTO DE PESAR** pelo falecimento do Sr. Edmundo Barcelos Veloso, Comerciante do Município de Joaquim Nabuco, ocorrido em 07 de novembro de 2016. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Eraldo Barcelos Veloso e demais Filhos, Vice-Prefeito de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. João Nascimento de Carvalho, Prefeito de Joaquim Nabuco; Exma. Sra. Laudicea Maria da silva e demais Vereadores, Presidente da Câmara dos vereadores de Joaquim Nabuco.

Justificativa
<p>O Voto de Pesar que ora requeiro, tem escopo homenagear a memória do Sr. Edmundo Barcelos Veloso, Comerciante que sempre visou o desenvolvimento comercial do Município de Joaquim Nabuco.</p> <p>Seu falecimento deixou consternados todos aqueles que os conheceram e esta Casa Legislativa transmite por meio deste Requerimento nossos pêsames pela perda irreparável deste ilustre homem, pela honradez com que conduz sua vida e sua história. Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação deste Requerimento.</p>
Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 2016.
Clodoaldo Magalhães Deputado

Requerimento N° 2551/2016

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA no seio da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em data, horário e local a serem definidos pela Comissão, com o tema “**O Novo Regime Jurídico da Taxa Judiciária e das Custas Processuais no Estado de Pernambuco**”, comporão a Mesa o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, um representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco, um representante da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ronnie Duarte, Presidente da OAB-PE.

Justificativa
<p>No último dia 03 de novembro de 2016, através da edição 201\2016 do Diário de Justiça do Estado de Pernambuco, o Desembargador-Presidente do TJ-PE, Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, tornou público proposta de Projeto de Lei Ordinária que visa a instituir o novo regime jurídico da taxa judiciária e das custas processuais no Estado de Pernambuco.</p> <p>Dentre os motivos expostos para a necessidade da proposta legislativa, estão a unificação das regras sobre a cobrança dessas taxas jurídicas e custas processuais, adequando sua disciplina ao Novo CPC e a fixação da alíquota das custas processuais devidas nas ações de competência originária do Tribunal.</p> <p>A inovação legislativa pretendida pelo Poder Judiciário requer uma atenção detida desta Casa, considerando que as alterações nos valores dessas taxas judiciárias e custas processuais têm o condão de afetar a administração da justiça no Estado, causar impactos no acesso universal à justiça e, mesmo, aumentar a demanda pela justiça gratuita no Estado.</p> <p>Diante dessas variáveis, contamos com a participação da Assembleia Legisltiva, da Sociedade Civil e dos poderes, órgãos e entidades responsáveis pela administração da justiça e que são imediatamente interessados no feito para analisarmos os desdobramentos da proposta e os caminhos que poderemos tomar no Estado.</p>
Sala das Reuniões, em 7 de novembro de 2016.
Priscila Krause Deputada

Rodrigo Novaes.
Portarias
PORTARIA N.º 477/16
O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO , no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 072/2016, do Deputado Ângelo Ferreira ,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, a partir de 1º de novembro do corrente ano, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
THIAGO MARCELO PANCRACIO PEREIRA	Assessor Especial/ PL-ASC	85%	20%
VALINDA MARIA ARAQUAN	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	20%
JOÃO BOSCO BARBOZA DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	85%	72,5%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 08 de novembro de 2016.
Deputado DIOGO MORAES Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 478/16

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 176/2016, do **Deputado Claudiano Martins Filho**, **RESOLVE:** alterar a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento) para 50% (cinquenta por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, do servidor **ROBERTO ALVES CRUZ**, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 08 de novembro de 2016.
Deputado DIOGO MORAES Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 479/16

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 65/2016, da **Deputada Teresa Leitão**, **RESOLVE:** cancelar e alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ABIGAIL BATISTA DE LUCENA REIS	Assessor Especial/ PL-ASC	53,80%	28,2%
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO JÚNIOR	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	120%	45%
PÉRICLES CHAGAS FARIAS	Assessor Especial/ PL-ASC	113,41%	0%
ISMAEL BENTO DE MELO	Assessor Especial/ PL-ASC	32,60%	75%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 08 de novembro de 2016.
Deputado DIOGO MORAES Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 503/16

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os Requerimentos Funcional nº.s 573996 e 092989/2016, Parecer da Procuradoria Geral nº. 628/2016; Laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE e Ofício 125/2016 da Procuradoria Geral, **RESOLVE:** designar o servidor **RENAN LIMA CORREA**, matrícula nº 618, Agente Legislativo, para responder pela Gerência de Doutrina e Estudos Jurídicos, no impedimento do titular, **WASHINGTON LUIZ PEREIRA LINS**, matrícula nº 226, Agente Legislativo, especialidade: Consultoria Legislativa, decorrente do seu afastamento de licença para tratamento de saúde, durante o período de 04 a 31 de outubro de 2016, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 04 de novembro de 2016.
CRISTIANE ALVES DE LIMA Superintendente Geral
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA Nº 505/16

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 1.341/2016, do Presidente deste Poder Legislativo, Deputado **Guilherme Uchoa**, **RESOLVE:** fazer retornar à Prefeitura Municipal de Viçência/PE a servidora **MARIA JOSÉ JERONIMO GUERRA ARAÚJO**, matrícula nº 1562-1, de forma retroativa a 1º de novembro de 2016.

Sala Austro Costa, 07 de novembro de 2016.
CRISTIANE ALVES DE LIMA Superintendente Geral
(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

PORTARIA Nº 506/16

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 1.323/2016, do Presidente deste Poder Legislativo, Deputado **Guilherme Uchoa**, **RESOLVE:** fazer retornar à Prefeitura da Cidade do Recife a servidora **MARIA ESTER DE ALMEIDA CASTRO**, matrícula nº 19.125-4, de forma retroativa a 30 de junho de 2016.

Sala Austro Costa, 08 de novembro de 2016.
CRISTIANE ALVES DE LIMA Superintendente Geral